



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
BACHARELADO EM BIBLIOTECONOMIA

KLEISSON LAINNON NASCIMENTO DA SILVA

**A VISÃO DOS EDITORES DO PORTAL DE PERIÓDICOS DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA SOBRE A *OPEN PEER REVIEW***

JOÃO PESSOA

2018

KLEISSON LAINNON NASCIMENTO DA SILVA

**A VISÃO DOS EDITORES DO PORTAL DE PERIÓDICOS DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA SOBRE A *OPEN PEER REVIEW***

Monografia apresentada ao curso de graduação em
Biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba
como requisito para obtenção do grau de Bacharel em
Biblioteconomia.

Orientadora: Professora Dra. Joana Coeli Ribeiro Garcia.

Coorientadora: Professora Dra. Maria das Graças Targino.

JOÃO PESSOA

2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586v Silva, Kleisson Lainnon Nascimento da.

A visão dos editores do Portal de Periódicos da
Universidade Federal da Paraíba sobre a open peer
review / Kleisson Lainnon Nascimento da Silva. - João
Pessoa, 2018.

89 f. : il.

Orientação: Joana Coeli Ribeiro Garcia.

Coorientação: Maria das Graças Targino.

Monografia (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Biblioteconomia. 2. Avaliação por pares aberta. 3.
Avaliação aberta - Adoção. 4. Ciência aberta. 5.
Comunicação científica. I. Garcia, Joana Coeli Ribeiro.
II. Targino, Maria das Graças. III. Título.

UFPB/CCSA

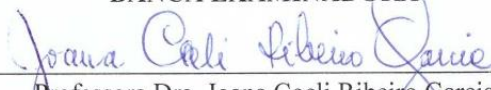
KLEISSON LAINNON NASCIMENTO DA SILVA

**A VISÃO DOS EDITORES DO PORTAL DE PERIÓDICOS DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA SOBRE A *OPEN PEER REVIEW***

Monografia apresentada ao curso de graduação em
Biblioteconomia da Universidade Federal da
Paraíba como requisito para obtenção do grau de
Bacharel em Biblioteconomia.

Aprovado em: 12/11/2018.


BANCA EXAMINADORA



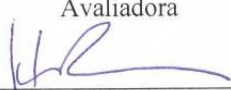
Professora Dra. Joana Coeli Ribeiro Garcia
Universidade Federal da Paraíba

Orientadora

Professora Dra. Maria das Graças Targino
Universidade Federal do Piauí
Coorientadora



Professora Dra. Eliane Bezerra Paiva
Universidade Federal da Paraíba
Avaliadora



Professor Dr. Henry Poncio Cruz de Oliveira
Universidade Federal da Paraíba
Avaliador

Aos ...

*Editores do portal de periódicos da UFPB,
interlocutores desta pesquisa, os quais
pleiteiam um novo fazer científico.*

AGRADECIMENTOS

*É assim, seja lá como for
Vai ter fim a infinita aflição
É o mundo vai ver uma flor
Brotar do impossível chão*

(Sonho impossível – Chico Buarque de Holanda)

Agradeço ao *Ábba* pelo dom da vida, pela saúde, pela amizade, pela força e pela sabedoria para trilhar os caminhos, escritos nas tábuas de seu coração para mim;

A Maria das Graças, minha mãe, por estar ao meu lado na bonança e nos dias difíceis, encorajando-me e enxergando a luz no fim no túnel quando penso que não vou conseguir;

A minha orientadora, Joana Coeli (NaCoeli), que, sem hesitar, aceitou meu convite para essa empreitada. Agradeço pela receptividade durante esses três anos, pelo incentivo, pela confiança, pelos ensinamentos, por entender minhas limitações, por não desistir de mim e estar sempre disposta a atender seus pupilos, sem se importar com o dia nem com o horário. Quando eu crescer, quero ser como você, pequena GRANDE mestra.

A minha coorientadora, a Professora Maria das Graças Targino, que, mesmo distante, aceitou me coorientar e contribuir para a realização deste trabalho;

Aos Professores Eliane Bezerra Paiva e Henry Pôncio, por aceitarem compor a banca e não se importarem com o pouco tempo para lê-la e avaliá-la;

As minhas tias Dulce e Mariquinha, pelo cuidado e pela proteção;

A minha amiga Stephany da Silva, minha confidente, pelos bons e maus momentos, e por ter chegado até o final – graças às palavras de ânimo - quando pensei em desistir da Biblioteconomia;

Ao grupo farra dos “pariceiros” – Andréa Melo, Juliana Dantas, Wellinghta, Edd e Adeline – pelos momentos de descontração, alegria e prazer. Amo vocês.

As minhas amigas Rosa Sylvana e Simone, que, com seu exemplo de vida, fazem-me crescer a cada dia mais como pessoa;

A Jerusalém Lima, pelos “puxões de orelhas”, para me incentivar a estudar para os concursos;

A Larissa Mesquisa e Ruston Sammeville, meus orientadores de estágio, por me acolherem e me ensinarem mais e mais.

Eu me deito, durmo, e torno a acordar, porque
é o Senhor quem me sustém (Salmos 3:5).

RESUMO

A avaliação por pares aberta (OPR) é o fio condutor que, democraticamente, defere aos árbitros e arbitrados a possibilidade de conhecerem uns aos outros, bem como o constructo científico à guisa do diálogo e/ou réplica aos pareceres emitidos pelos revisores durante o processo. Nesse contexto, o objetivo macro desta pesquisa foi de investigar a viabilidade de adoção da OPR pelos editores dos periódicos hospedados no portal da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), cujas revistas fazem menção à *blind review*. De natureza descritiva e abordagem quanti e qualitativa, a pesquisa recorreu ao uso do *survey*, cujos dados são obtidos por meio de questionário eletrônico composto de questões objetivas e subjetivas, enviado, sistematicamente, a cada dez dias, entre os meses de fevereiro e março de 2018, aos 46 editores dos periódicos classificados de A1 a B5, conforme a avaliação quadrienal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O repertório amostral congrega, no final das abordagens, 14 títulos (31,11%). Para analisar os dados, empregaram-se as inferências estatísticas e a técnica de análise de conteúdo. Dentre os resultados, destacou-se o fato de predominar o interesse em adotar o novo modelo de revisão por pares. Em se tratando do perfil dos editores, o número de homens e de mulheres foi igual, a maioria com idades acima de 49 anos, doutores e que exercem o ofício há mais de dez anos. Com base nas respostas, constatou-se que os depoentes têm conhecimentos prévios relacionados a benefícios e a desvantagens. No que respeita aos fatores que contribuíram para a adesão à OPR, destacaram-se a interlocução entre os atores e a disponibilização de diretrizes de avaliação. Por outro lado, há os antagônicos com forte apego aos modelos de avaliação às cegas. Conclui-se que a avaliação aberta é o marco inicial de um novo fazer científico.

Palavras-chave: Biblioteconomia. Avaliação por pares aberta. Avaliação aberta - Adoção. Ciência aberta. Comunicação científica.

ABSTRACT

Open peer review (OPR) is the guiding line that democratically defends arbitrators and referees the possibility of getting to know one another, as well as the scientific construct in the guise of dialogue and / or reply to the opinions issued by the reviewers during the proceedings. In this context, the macro objective of this research was to investigate the feasibility of adopting the OPR by the editors of the periodicals hosted at the Federal University of Paraiba (UFPB) whose journals mention blind review. Of descriptive nature and quantitative and qualitative approach the survey used the survey, whose data are obtained through an electronic questionnaire composed of objective and subjective questions, systematically sent, every ten days, between February and March 2018, to the 46 editors of the periodicals classified as A1 to B5, according to the four-year evaluation of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES). At the end of the approaches, the sample repertoire includes 14 titles (31.11%). To analyze the data, the statistical inferences and the technique of content analysis were used. Among the results, it was highlighted the predominance of interest in adopting the new peer review model. When it comes to the profile of the editors, the number of men and women was equal, most of them over the age of 49, doctors and practicing for more than ten years. Based on the answers, it was found that the deponents have previous knowledge related to benefits and disadvantages. With regard to the factors that contributed to membership of the OPR, the interlocution between the actors and the provision of evaluation guidelines were highlighted. On the other hand, there are the antagonists with strong attachment to blind evaluation models. We conclude that open assessment is the starting point of a new scientific approach.

Keywords: Librarianship. Open peer review. Open evaluation - Adoption. Open Science. Scientific communication.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	<i>Print</i> da página inicial do Portal de Periódicos da UFPB.....	23
Figura 2	Eixos da OS.....	30
Figura 3	Escolas do pensamento.....	32
Figura 4	Fluxo de avaliação por pares.....	36
Figura 5	Avaliação por pares simples-cego.....	38
Figura 6	Avaliação por pares duplo-cego.....	39
Figura 7	Características da OPR.....	43
Figura 8	Avaliação assinada.....	45
Figura 9	Diálogo entre autor e avaliador.....	46
Figura 10	Resumo do relatório.....	47
Figura 11	Alusão ao <i>crowdsourced review</i>	49
Figura 12	Avaliação pré-publicação.....	51

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Periódicos ativos hospedados no Portal da UFPB com <i>Qualis</i> de A1 a B5.....	25
Quadro 2	Teóricos que abordam definições de avaliação por pares.....	35
Quadro 3	Impasses da avaliação por pares tradicional.....	40
Quadro 4	Evolução e adoção da OPR.....	41
Quadro 5	Caraterísticas e categorias da OPR.....	44
Quadro 6	Servidores de pré-impressão.....	51
Quadro 7	Plataformas de pós-publicação.....	54
Quadro 8	Plataformas e serviços de avaliação de manuscritos direcionado aos autores.....	55
Quadro 9	Vantagens e desvantagens/desafios da implantação da OPR.....	57
Quadro 10	Traços acadêmicos dos editores.....	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Faixa etária.....	61
Tabela 2	Formação dos editores.....	62
Tabela 3	Tempo de atuação dos editores.....	64
Tabela 4	Modalidades de avaliação por pares utilizadas no Portal da UFPB.....	65
Tabela 5	Características da OPR.....	66
Tabela 6	Disponibilidade de adoção da OPR.....	67
Tabela 7	Contribuições para adoção da OPR.....	69
Tabela 8	Empecilhos para adotar a OPR.....	71
Tabela 9	Critérios para melhorar a qualidade dos periódicos segundo os editores	72

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AA	Acesso Aberto
ABEC	Associação Brasileira de Editores Científicos
BDOAKSH	<i>Berlin Declaration on Open Access to Knowledge in the Sciences and Humanities</i>
BOAI	<i>Budapest Open Access Initiative</i>
BSOAP	<i>Bethesda Statement on Open Access Publishing</i>
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCEN	Centro de Ciências Exatas e da Natureza
CCHLA	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
CCS	Centro de Ciências da Saúde
CCSA	Centro de Ciências Sociais Aplicadas
CCTA	Centro de Comunicação, Turismo e Artes
CET	Ciências Exatas e da Terra
CI	Ciência da Informação
CMCI/UFPB	Curso de Mestrado em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CT	Centro de Tecnologia
EDUFPB	Editora da Universidade Federal da Paraíba
IES	Instituições de Ensino Superior
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MLAA	<i>Modern Language Association of America</i>
OA	<i>Open Access</i>
OD	<i>Open Data</i>
OJS	<i>Open Journal System</i>
OPR	<i>Open Peer Review</i>
OS	<i>Open Science</i>
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PKP	<i>Public Knowledge Project</i>
PPGCI/UFPB	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba
PRO	Produção dos Registros do Conhecimento

PROPESQ	Pró-Reitoria de Pesquisa
PRPG	Pró-Reitoria de Pós-Graduação
PRPPG	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
SNPG	Sistema Nacional de Pós-Graduação
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	DESBRAVANDO OS CAMINHOS DA PESQUISA.....	21
2.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	21
2.2	<i>LOCUS</i> DA PESQUISA.....	23
2.3	UNIVERSO E AMOSTRAGEM.....	24
2.4	COLETA DOS DADOS.....	26
2.5	ESTRATÉGIAS DE ANÁLISE DOS DADOS.....	27
3	REFERENCIAL TEÓRICO.....	29
3.1	CIÊNCIA ABERTA.....	29
3.2	AVALIAÇÃO POR PARES ABERTA.....	33
4	DESVELANDO OS DADOS DA PESQUISA.....	59
4.1	CARTOGRAFANDO O PERFIL DOS EDITORES.....	59
4.2	<i>PEER REVIEW</i> E SUAS MULTIFACETAS.....	64
4.3	EIXOS CARACTERÍSTICOS DA <i>OPEN PEER REVIEW</i>	65
4.4	<i>OPEN PEER REVIEW</i> : BEM ME QUER, MAL ME QUER.....	67
4.5	FATORES CONTRIBUINTES PARA A <i>OPEN PEER REVIEW</i>	69
4.6	EMPECILHOS PARA ADOPTAR A <i>OPEN PEER REVIEW</i>	70
4.7	A QUALIFICAÇÃO DOS PERIÓDICOS SOB A ÓTICA DOS EDITORES...	72
5	VEJAM BEM! NÃO PARAMOS POR AQUI.....	75
	REFERÊNCIAS.....	77
	APÊNDICE A.....	87

1 INTRODUÇÃO

A Ciência avança tendo como base o arcabouço de conhecimento acumulado pela humanidade e depende da disseminação de resultados em periódicos ou outros tipos de publicações. (NASSI-CALÓ, 2015b)

O advento da internet proporcionou a expansão bibliográfica assim como o surgimento e a adaptação de canais de comunicação de natureza científica, especialmente os periódicos científicos, também denominados de revistas científicas, termos utilizados no decorrer deste estudo. Ao longo dos anos, os periódicos sofreram consideráveis modificações quanto ao suporte e transitaram do formato físico para o eletrônico, o que resultou na disponibilização e no alcance coletivo da Ciência em suas múltiplas áreas do saber.

Como fonte de informação, eles são renomados por minimizar problemas de acessibilidade, encontrabilidade e recuperação da informação por pesquisadores, considerando a relevância e a contribuição desse meio de comunicação para a comunidade científica, com a finalidade de desvelar os resultados de pesquisas, geralmente financiadas por agências de fomento federais e estatais. Como exemplo de fontes de financiamento, tem-se o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), cuja proposta se baseia em incentivar e viabilizar o crescimento da produção científica e tecnológica no país, e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), objetiva difundir o avanço dos programas de pós-graduação *strictu sensu* no Brasil, a fim de estimular o avanço das pesquisas divulgando-as em portais de periódicos.¹

Embora a pesquisa seja um dos elementos que integram o arcabouço do renomado tripé - ensino, pesquisa e extensão – ela é uma forte característica das Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil, sejam de cunho público ou privado. Na esfera acadêmica, os resultados de pesquisa constituem-se o produto da Ciência, e para conseguir seus objetivos, é necessário, *a priori*, usar procedimentos metodológicos, principal característica do conhecimento científico (MEADOWS, 1999; MUELLER, 2000, 2006; NASSI-CALÒ, 2015b; PAVAN; STUMPF, 2009).

Mueller (2000), em consonância com Meadows (1999), ressalta que, além do uso de uma rigorosa metodologia, é mister que os resultados das pesquisas sejam submetidos ao aval

¹ Disponível em: < <http://www.periodicos.capes.gov.br/>>.

de pesquisadores, ou seja, avaliados por seus pares, para garantir que sejam divulgados e disponibilizados à comunidade.

A avaliação por pares é um método oriundo das primeiras sociedades científicas dos Séculos XVI e XVII, fruto da inquietude de pesquisadores, que se reuniam a fim de assegurar a qualidade das produções científicas (PAVAN; STUMPF, 2009). O processo avaliativo também é chamado de eixo da comunicação científica e, eventualmente, consolida-se com veemência no cotidiano editorial, exercida com fervor nos periódicos científicos, cujos diálogos são fundamentados à luz de hipóteses, dentre as quais, destaca-se o desempenho da avaliação como uma triagem que resulta na aceitação ou na recusa de manuscritos submetidos a fim de manter a primazia do que se considera apto, confiável e íntegro sob a ótica dos *referees*.

Ao reconhecer a magnitude que o sistema de avaliação de manuscritos representa, é imprescindível visualizar a incumbência de cunho social e profissional atribuída aos avaliadores, quanto aos pareceres outorgados no final do julgamento, seja *single blind review* ou *double blind peer review*, que, posteriormente, finda-se com a decisão de aceite ou recusa dos originais submetidos. Embora se tenha como objetivo analisar a integridade e garantir a credibilidade da pesquisa, é fundamental ressaltar que o processo de avaliação pode apresentar falhas relacionadas à operacionalização ao longo do trâmite, a saber:

Lentidão da avaliação por parte dos pareceristas, principal motivo pelo qual pesquisadores consideram o processo pouco sustentável; qualidade dos pareceres, o que leva artigos de má qualidade ou casos de plágio a passar pela avaliação; pareceres enviesados ou preconceituosos; e falta de transparência no processo (NASSI-CALÒ, 2015b).

Alguns questionamentos desencadeiam indagações sobre a validade da modalidade empregada nos periódicos científicos, qualquer que tenha sido, a saber: Quais os fatores que levam a crer que os originais serão aceitos, ou não, para publicação? Será essa a mais adequada forma de avaliar? Em quanto tempo e até quando os autores receberão posicionamentos incoerentes e parciais? E quais são os critérios de escolha do sistema de avaliação no periódico? Em resposta, Pavan e Stumpf (2009, p. 74, grifo nosso) afirmam que:

As revistas científicas podem variar nos procedimentos de avaliação adotados (número de avaliadores por artigo, critérios de seleção de artigos, formulação e entrega dos pareceres para autores, prazos de avaliação, entre outros) e, também, no tipo de avaliação: **fechada ou cega** (*single blind peer review*), **fechada ou cega em dobro** (*double blind peer review*) ou **aberta** (*open peer review*).

Em linhas gerais, “a avaliação por pares passa por um momento de transformação, a partir da iniciativa de reconhecer o quão necessário é readaptar os antigos hábitos avaliativos, a fim de ilimitar a evolução, disponibilização e uso da ciência” (NASSI-CALÒ, 2017b). Em oposição ao sistema de arbitragem, até então utilizado, ergue-se uma nova modalidade de validação do conhecimento proveniente dos periódicos de origem estrangeira, precisamente da área de saúde, como, por exemplo, a *Nature Communications*, a *Peer J*, *BMJ* e a *F1000 Research: Open for Science* que, atualmente, utilizam o sistema de avaliação por pares aberta (*Open Peer Review* - OPR), tendo como referência a apresentação dos avaliadores aos autores no início da arbitragem, a fim de que contribuam para o avanço das produções através do diálogo.

Ao contrário da *blind review*, com esse novo sistema de avaliação, os árbitros podem optar por tornar públicos ou não seus pareceres, assim como os originais submetidos, sejam eles recusados ou não, e disponibilizá-los, posteriormente, para consulta. Em determinados ramos do saber, tornou-se habitual o uso de plataformas de acesso livre que possibilitam o acesso prévio da arbitragem, em que pesquisadores expõem os resultados de suas avaliações, dentre elas, a *Publons*², uma rede social de natureza científica, cuja proposta é de localizar, apresentar e investigar o perfil de avaliadores e os resultados de suas contribuições, e o *Arxiv*³, *website* de arquivos digitais para divulgar manuscritos de natureza científica que abrange as áreas das Ciências Exatas e da Terra (CET).

A OPR atua como um divisor de águas, no cenário editorial, sob a égide da transparência, a qual ocasiona a quebra de paradigmas inerentes à *blind review*, que promete benefícios para ambas as partes: aos autores, a certeza de *feedbacks* coerentes, emitidos dentro dos prazos estabelecidos, e aos avaliadores, o mérito pela uniformidade dos pareceres no decorrer do trâmite, o que resulta em visibilidade para o periódico. Dessa forma, embora apresente desafios, a avaliação por pares é o mecanismo que promete otimizar as produções científicas.

Consequentemente, o interesse pelo tema surgiu da experiência como bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), cujo projeto, intitulado ‘*Open Peer Review no contexto brasileiro: análise nos periódicos de Ciência da Informação (CI)*’, tinha o objetivo de investigar a adoção da OPR pelos editores dos periódicos de CI classificados de A1 a B5 pelo *qualis* da CAPES.

² Disponível em: < <https://publons.com/home/>>.

³ Disponível em: < <https://arxiv.org/>>.

Com base nesses pressupostos, escolheu-se como campo empírico o portal de periódicos da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), atualmente vinculado à Editora da UFPB (EDUFPB) e instituído em 2006, com a finalidade de propagar a produção acadêmica nos periódicos gerenciados por pesquisadores locais, em parceria com as Pró-Reitorias de Pesquisa (PROPESQ), Pós-Graduação (PRPG) e o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFPB (PPGCI/UFPB).

Nessa perspectiva, a pergunta que norteou este estudo foi: Quais os benefícios que a OPR pode proporcionar aos periódicos do Portal da UFPB na percepção dos seus editores? A partir dessa questão, delimitou-se como objetivo geral verificar a viabilidade de os editores das revistas hospedadas no Portal de Periódicos da UFPB adotarem a OPR. Para isso, foram elencados os seguintes objetivos específicos:

- a) Caracterizar o perfil dos editores;
- b) Avaliar o conhecimento dos editores acerca da OPR;
- c) Analisar a disponibilidade dos editores em trabalhar com a OPR;
- d) Identificar os fatores que contribuem para a adoção da avaliação aberta nas revistas do Portal de Periódicos da UFPB;
- e) Apontar os fatores que dificultam a adoção da OPR nos periódicos do Portal da UFPB.

Esta pesquisa tem relevância teórica e prática no que se refere ao seu desenvolvimento. Do ponto de vista teórico, destacam-se as peculiaridades existentes entre os sistemas de avaliação apresentados ao longo desta pesquisa, cuja proposta é de notabilizar a OPR na esfera acadêmica, de propagar suas características e suas contribuições e de evidenciar as vantagens proporcionadas por essa modalidade. Para contribuir com a perspectiva prática, a discussão viabilizou a adoção da avaliação aberta no portal de periódicos da UFPB.

No que diz respeito à estrutura, este trabalho foi dividido em cinco seções. A primeira – a **INTRODUÇÃO** – traz um panorama acerca do processo de comunicação, disponibilização e acesso da Ciência por meio dos periódicos científicos e finda com a avaliação por pares aberta, apresentando sistematicamente a estrutura da pesquisa, a saber: a questão norteadora, o objetivo geral e os específicos, a justificativa e a introdução dos capítulos percorridos ao longo do estudo.

Na segunda seção - **DESBRAVANDO OS CAMINHOS DA PESQUISA** – são feitas considerações sobre o aporte metodológico distribuído em cinco subseções, a saber:

DELINEAMENTO DA PESQUISA; *LOCUS* DA PESQUISA, UNIVERSO E AMOSTRAGEM, COLETA DOS DADOS E ESTRATÉGIA DE ANÁLISE DOS DADOS.

O **REFERENCIAL TEÓRICO** compõe a terceira seção, em que se abordam os aspectos inerentes à CIÊNCIA ABERTA. Por fim, apresenta-se a AVALIAÇÃO POR PARES ABERTA. A princípio, apresenta-se um breve apanhado do sistema de avaliação por pares tradicional, perpassando a modalidade aberta, cujo histórico, conceitos, características, vantagens e desvantagens são discutidos e fundamentados à luz de pesquisas nacionais e internacionais.

A quarta seção do estudo, **DESVELANDO OS DADOS DA PESQUISA**, versa sobre a análise e a interpretação dos dados obtidos. Na quinta e última parte, intitulada **VEJAM BEM! NÃO PARAMOS POR AQUI**, são apresentadas as propostas de pesquisas futuras e as considerações do pesquisador acerca dos resultados e do alcance dos objetivos.

2 DESBRAVANDO OS CAMINHOS DA PESQUISA

A Ciência utiliza-se de um método que lhe é próprio, o método científico, elemento fundamental do processo do conhecimento para diferenciá-la não só do senso comum, mas também das demais modalidades de expressão da subjetividade humana, como a Filosofia, a arte e a religião. Trata-se do conjunto de procedimentos lógicos e de técnicas operacionais que permitem o acesso às relações casuais constantes entre os fenômenos (SEVERINO, 2007, p. 102).

Antes de andarilhar pelos caminhos trilhados ao longo deste estudo, é oportuno conhecer a origem e, coincidentemente, os conceitos utilizados por metodólogos para definir a pesquisa, uma prática hodierna que compõe a tríade ensino, pesquisa e extensão - aspecto que singulariza as IES na esfera nacional. Sob o ponto de vista etimológico, a palavra ‘pesquisa’ provém do latim *perquerere*, que assume múltiplos significados, dentre eles, esquadriñar, investigar, indagar, examinar, averiguar, avaliar etc. De acordo com Richardson (2012), a pesquisa atua como uma estratégia para a aquisição, a produção e a avaliação do conhecimento. Gil (2008, p. 26) salienta que:

O objetivo fundamental da pesquisa é de descobrir respostas para problemas, mediante o emprego de procedimentos científicos. A partir dessa conceituação, pode-se, portanto, definir pesquisa [...] como o processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social.

É inegável a conexão semântica existente entre os termos citados anteriormente, em relação aos conceitos utilizados pelos autores, a fim de representar a palavra pesquisa, ressaltando sua relevância e as contribuições no tocante à construção e à avaliação do conhecimento no âmbito científico. Por fim, neste capítulo, apresentam-se os caminhos enveredados para alcançar os objetivos aqui propostos.

2.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Quanto ao delineamento da pesquisa, utilizou-se como método de investigação o *survey* ou levantamento de campo, empregado quando “se deseja responder questões do tipo ‘o quê?’, ‘por que?’, ‘como?’, ‘quanto?’, ou seja, quando o foco de interesse é sobre o que está acontecendo ou como e por que isso está acontecendo” (FREITAS *et al.*, 2000, p. 105). Nesse sentido, propõe-se estudar, *a priori*, a viabilidade de os editores das revistas do portal

de periódicos da UFPB adotarem a OPR. Gil (2008) afirma que o uso dessa modalidade também é indispensável quando o pesquisador investiga e aborda diretamente a população cujos hábitos e práticas ele deseja averiguar, por intermédio de instrumentos de coleta de dados, como, por exemplo, o questionário, abordado posteriormente.

Quanto aos objetivos, a pesquisa configura-se como descritiva. Vale ressaltar que, no Brasil, os estudos inerentes à avaliação aberta são de caráter inédito. Nesse contexto, a meta primordial é de investigar a viabilidade de se adotar essa modalidade nos periódicos científicos, o que possibilita a expansão deste estudo, assim como o surgimento de novas pesquisas em diferentes seguimentos e ramos do saber.

Em relação às pesquisas de natureza descritiva, sob a ótica de Gil (2008, p. 28), “salientam-se aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, nível de renda, estado de saúde física e mental etc.” Richardson (2012, p. 71) frisa que:

O estudo descritivo pode abordar aspectos amplos de uma sociedade como, por exemplo, descrição da população economicamente ativa, do emprego de rendimentos e consumo, do efetivo de mão-de-obra; levantamento da opinião e atitudes da população acerca de determinada situação; caracterização do funcionamento de organizações; identificação do comportamento de grupos minoritários.

Prodanov e Freitas (2013, p. 52) asseveram que, “nas pesquisas descritivas, os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira sobre eles, ou seja, os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não são manipulados pelo pesquisador”. Destarte, este estudo define-se como descritivo, porque se propôs a identificar o perfil dos editores que, atualmente, gerenciam os periódicos hospedados no portal da UFPB, a fim de averiguar seu conhecimento sobre a avaliação aberta e sua disponibilidade de adotá-la como prática em seu *métier*.

Dentre os múltiplos tipos de pesquisa, este estudo se enquadra em uma abordagem quanti-qualitativa. Para Gil (2008, p. 70), a pesquisa quantitativa, “como o próprio nome indica, caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, como percentual, média, desvio-padrão [...] etc.”

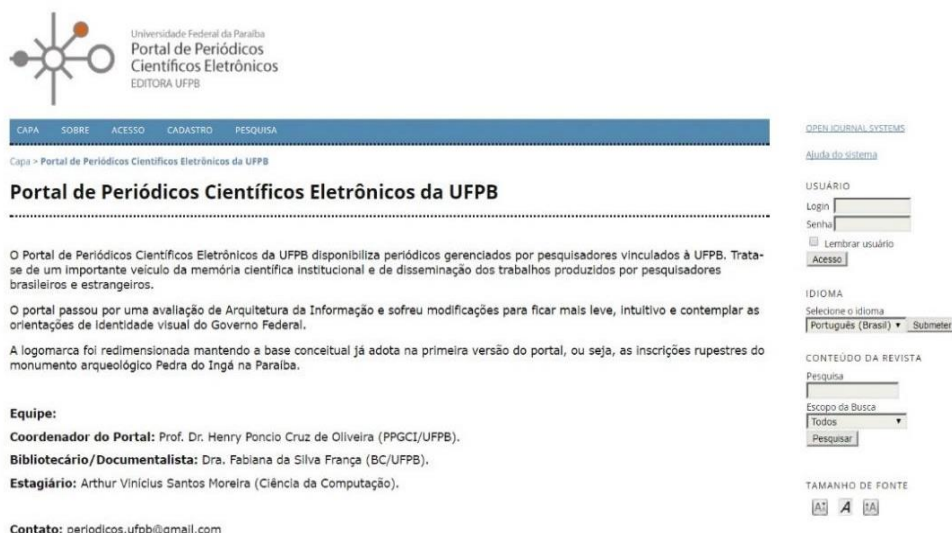
Segundo Minayo (2009, p. 21), “a pesquisa qualitativa responde as questões muito particulares. [...] ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. Corroborando o pensamento da autora, Richardson

(2012, p. 90) caracteriza a abordagem qualitativa como “a tentativa de compreender detalhadamente os significados e as características situacionais apresentadas pelos entrevistados”. Nesse contexto, destaca-se o desejo de analisar os fatores que influenciam a aceitação e/ou a recusa para adotar a avaliação aberta nos periódicos do Portal UFPB. Ainda sobre a abordagem qualitativa, é preciso levar em consideração que a “utilização desse tipo de abordagem difere da abordagem quantitativa pelo fato de não utilizar dados estatísticos como o centro do processo de análise de um problema, não tendo, portanto, a prioridade de numerar ou medir unidades” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 70).

2.2 LOCUS DA PESQUISA

Marconi e Lakatos (2015, p. 15) afirmam que “delimitar a pesquisa é estabelecer limites para investigação”. Complementando essa afirmação, Prodanov e Freitas (2013, grifo nosso) frisam que, para realizar um estudo, é indispensável fazer um planejamento que contemple as seguintes etapas: o delineamento do tema, os objetivos, a problemática e a eleição do **campo de pesquisa**, foco desta seção. O campo de pesquisa escolhido para esta investigação foi o portal de periódicos da UFPB (**Figura 1**), constituído em 18 de dezembro de 2006, com o desígnio de incentivar o desenvolvimento das produções científicas e divulgá-las nos periódicos científicos eletrônicos elaborados e geridos por pesquisadores afiliados à instituição.

Figura 1 – Print da página inicial do Portal de Periódicos da UFPB



Fonte: Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/index/index>>

O portal da UFPB surgiu como um dos pioneiros desse formato adotado pelas Universidades Federais do país e viabilizado pela parceria entre a antiga Pró-Reitoria de

Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG), hoje denominadas de PROPESQ e PRPG, e o Curso de Mestrado em Ciência da Informação da UFPB (CMCI/UFPB), atual PPGCI/UFPB. Hoje, o portal da UFPB encontra-se associado à EDUFPB.

O portal de periódicos é um sítio virtual, subordinado a uma instituição de ensino, que tem a função de alojar e ordenar sistematicamente revistas de caráter científico, administradas por pesquisadores – especialistas em cada área de cobertura - com a finalidade de mediar e difundir equitativamente os resultados das pesquisas e as informações de interesse da comunidade acadêmica. É considerado multidisciplinar, porque abrange as áreas do conhecimento professadas na entidade. Oliveira e Pastorini (2017), em um artigo intitulado ‘Portais de periódicos científicos: aspectos de visibilidade e institucionalidade’, afirmam que os portais de periódicos têm algumas peculiaridades, como canalizar os conteúdos de interesse dos usuários e disseminar as informações referentes às áreas de cobertura do periódico e à segurança dessas informações.

Convém ressaltar que a instituição de ensino/pesquisa, órgão ao qual o portal de periódicos é subordinado, tem responsabilidades quanto ao uso, ao acesso e à disponibilização das informações. Garrido e Rodrigues (2010, p. 62) afirmam que “a instituição de ensino ou pesquisa tem responsabilidades institucionais e técnicas (pela preservação de dados, tipos de arquivos) e operacionais (cursos, suporte, padrões, serviços).” Para hospedar as revistas, é utilizado o sistema *Open Journal System* (OJS), um *software* de acesso livre direcionado ao gerenciamento de edições de revistas científicas, produzido pela *Public Knowledge Project* (PKP), uma cooperativa canadense sem fins lucrativos, que promove investigações com o fim de melhorar a qualidade e de proporcionar o acesso gratuito aos resultados de pesquisas científicas em âmbito mundial.

2.3 UNIVERSO E AMOSTRAGEM

O universo da pesquisa é definido como “um conjunto de elementos que possuem determinadas características” (GIL, 2008, p. 89). O universo desta pesquisa foram os periódicos científicos eletrônicos hospedados no portal da UFPB, cuja periodicidade estivesse regular. A escolha por esses critérios se deveu à existência de títulos inertes, isto é, fluxos de submissão suspensos, periodicidade interrompida e/ou inexistência de volumes e números publicados.

Para identificar os sujeitos do estudo, efetuou-se, a princípio, o levantamento dos periódicos que apresentavam histórico de publicação corrente e atendiam à condição de *Qualis* A1 a B5. Subsequentemente, localizou-se a classificação desses periódicos na

Plataforma Sucupira, uma ferramenta de coleta, revisão e avaliação de dados da CAPES, que age como base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), cujo objetivo é de dar visibilidade à relação estabelecida entre a CAPES e as IES.

Quadro 1 – Periódicos ativos hospedados no Portal da UFPB com *Qualis* de A1 a B5

ISSN	Qualis	Título	Periodicidade
1809-4783	A1	Informação e Sociedade: estudos	Quadrimestral
2177-8841	A2	Moringa: Artes do Espetáculo.	Semestral
2358-8470	B1	Aufklärung: Revista de Filosofia	Semestral
1517-5901	B1	Revista de Ciências Sociais: Política e Trabalho	Semestral
1678-2593	B1	Prim@ Facie: Direito, História e Política	Quadrimestral
1516-9219	B1	Problemata: Revista Internacional de Filosofia	Quadrimestral
1807-8214	B1	Revista Ártemis	Semestral
1983-1579	B1	Espaço do Currículo Online	Quadrimestral
2237-1451	B1	Revista Lugares de Educação	Semestral
1983-9979	B1	Prolíngua	Semestral
1981-1268	B1	Gaia Scientia	Trimestral
2317-6725	B1	<i>Saeculum</i> : Revista de História	Semestral
2236-417X	B1	Perspectivas em Gestão e Conhecimento	Quadrimestral
1981-0695	B1	Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia	Semestral
1983-5930	B2	Culturas Midiáticas	Semestral
1516-1536	B2	Revista <i>Graphos</i>	Semestral
1982-6605	B2	Religare	Semestral
1982-3932	B2	<i>Journal of Urban and Environmental Engineering</i>	Semestral
1679-6101	B2	Revista DLCV: Língua, Linguística e Literatura	Semestral
2238-104X	B2	Teoria e Prática em Administração	Semestral
1679-2483	B2	Revista da Associação Brasileira de Estudos	Semestral
1982-3878	B2	<i>Okara</i> : Geografia em Debate	Semestral
2446-7006	B3	<i>Acta</i> Semiótica e Linguística	Semestral
1415-2177	B3	Revista Brasileira de Ciências da Saúde	Trimestral
2318-1001	B3	Revista Evidenciação Contábil e Finanças	Quadrimestral
2236-1480	B3	Revista Nordestina de Biologia	Semestral
2359-7003	B3	Temas em Educação	Semestral
2359-375X	B4	Âncora: Revista Latino-americana de Jornalismo	Semestral
1807-8931	B4	Temática	Mensal
2237-7522	B4	Cadernos do LOGEPA	Semestral
2526-3102	B4	Gestão e Aprendizagem	Semestral
1517-9354	B4	Economia e Desenvolvimento	Semestral
2316-9923	B4	Revista Logos e Existência - Revista da Associação Brasileira de Logoterapia e Análise Existencial	Semestral
2447-9837	B4	Áltera: Revista de Antropologia	Semestral
2525-5584	B4	Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais	Semestral
2318-6186	B4	<i>Archeion Online</i>	Semestral
2238-9059	B5	Cultura e Tradução	Semestral
2358-5021	B5	Cultura Oriental	Semestral
1677-3527	B5	Revista de Iniciação Científica em Odontologia	Semestral

2179-7137	B5	Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Direito	Semestral
2316-2937	B5	Cadernos Imbondeiro	Semestral
2317-0476	B5	Diversidade Religiosa	Semestral
2525-3867	B5	Métodos de Pesquisa em Administração	Semestral
2318-9452	B5	Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais	Semestral
2446-5852	B5	Revista Paraibana de História	Semestral
1809-4775	B5	Biblionline	Quadrimestral

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Em seguida, foram localizados os *e-mails* dos editores-chefes, figurados na aba de endereços de cada revista, e foram recuperados 46 títulos elencados, para os quais foram solicitadas respostas para os questionários.

2.4 COLETA DE DADOS

Para obter os dados, utilizou-se o questionário eletrônico (**APÊNDICE A**), composto de perguntas abertas, para alcançar os dados qualitativos, e fechadas, para os quantitativos. A escolha por esse instrumento se justifica por causa da possibilidade de atender, de maneira eficaz, aos objetivos traçados, considerando que esse instrumento se amolda a contento ao perfil da pesquisa e ao método de investigação empregado. Para Marconi e Lakatos (2015, p. 201), o questionário é “um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador.” Em harmonia com as autoras, Gil (2008, p. 121) conceitua esse instrumento como uma:

Técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc.

O questionário foi elaborado por meio do *Google Forms*⁴, um aplicativo *online* que possibilita a criação e a viabilização gratuita de formulários e questionários de pesquisas na esfera virtual. O uso dos instrumentos de coleta via *web* proporciona aos respondentes e aos pesquisadores um leque de opções no que tange ao envio e ao acesso durante a abordagem.

Isso significa que, além de enviados por *e-mail*, como de costume, esses instrumentos possibilitam coletar os dados via *facebook*, *whatsapp*, *google+* e *twitter*, o que possibilita a dinamicidade e a flexibilidade quanto ao envio das respostas pelos participantes e contribui

⁴ Disponível em: < https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSehV4ooiW0czkGmKnNCh-Yb8nZKrUwB36dicc8cVNO96x_nQQ/viewform>.

para o êxito da pesquisa. Quanto à elaboração do questionário, Marconi e Lakatos (2015, p. 87, grifo nosso) afirmam que é um:

Processo longo e complexo, que exige cuidado na seleção das questões, levando em consideração sua importância, isto é, se oferece condições para a obtenção de informações válidas. Os temas escolhidos devem estar de acordo com os **objetivos geral e específicos**. O questionário deve ser limitado em extensão e em finalidade. Se for muito longo, causa fadiga e desinteresse; se curto demais, corre o risco de não oferecer suficientes informações.

O questionário contém 14 perguntas e, de acordo com os objetivos delineados, foi estruturado em duas etapas. A primeira visou delimitar o perfil dos respondentes e apresentou os seguintes itens – a) sexo; b) faixa etária; c) formação; d) titulação; e) afiliação; e f) tempo de exercício – e a segunda versou sobre o ponto de vista desses editores acerca dos aspectos da OPR, como a – a) identificação das características da avaliação; b) conhecimento dos editores acerca da avaliação aberta; c) disponibilidade de aceitação; d) pontos fortes/ positivos/ vantagens; e) pontos fracos/ negativos/ desvantagens; e os f) fatores/empecilhos que favorecem ou não sua adoção.

Os dados foram coletados sistematicamente em três etapas, por meio de contato via *e-mail*, com os 46 editores dos periódicos selecionados. A coleta foi iniciada em 10 de fevereiro de 2018 e concluída em dois de março. A cada dez dias, os questionários eram reenviados, a fim de reforçar a participação dos depoentes. No final, obtiveram-se 14 retornos, o que representa 31,11%, um percentual superior ao proposto por Marconi e Lakatos (2015), para as quais, a média de 25% dos questionários respondidos valida a pesquisa. As autoras ressaltam que, ao lançar mão de questionários em pesquisas de opiniões, recomenda-se que a abordagem seja feita em um amplo universo, para que o nível de réplicas não seja irrisório.

2.5 ESTRATÉGIAS DE ANÁLISE DOS DADOS

Os dados da pesquisa foram processados quanti e qualitativamente. Ao longo da coleta, eles foram tabulados automaticamente, porque o questionário eletrônico efetua essa função organizando-os em uma planilha eletrônica à medida que são enviados.

Os questionários disponibilizados aos editores via *e-mail* possibilitavam a identificação (opcional) dos respondentes durante o preenchimento e o envio de seus posicionamentos. Então, no ato da análise dos dados, a fim de resguardar a identidade dos participantes, utilizou-se a codificação para ordenar cada questionário recebido, e para

representa-los, a letra E, inicial da palavra editor, seguida de um número, que indica a ordem alfanumérica de recebimento. Gil (2008, p. 158) define a codificação como um:

Processo pelo qual os dados brutos são transformados em símbolos que possam ser tabulados. A codificação pode ser feita anterior ou posteriormente à coleta dos dados. A pré-codificação ocorre frequentemente em levantamentos em que os questionários são constituídos por perguntas fechadas, cujas alternativas são associadas a códigos impressos no próprio questionário.

Concluídas as abordagens, com o intuito de analisar, processar e ilustrar os dados recebidos pelos questionários, como estratégia de análise, empregaram-se as inferências percentuais e os elementos de estatística descritiva para as perguntas fechadas representadas através de tabelas, e para as perguntas abertas, a técnica de categorização, oriunda da análise de conteúdo, com o intuito de descrever os pontos de vista dos respondentes, ordenando-as por meio da codificação.

A fim de dar visibilidade às razões e às ideias emitidas pelos editores, foi necessário usar a análise de conteúdo, que, de acordo com Bardin (2010, p. 145), é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações em que se utilizam procedimentos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Richardson (2012, p. 222) ressalta que “eventualmente, é utilizada para estudar documentos em que não haja possibilidade de aplicar aferições estatísticas e aritméticas. Portanto, deve-se fazer uma primeira leitura para organizar as ideias incluídas e, posteriormente, analisar os elementos e as regras que as determinam”. A análise de conteúdo se faz presente nos estudos qualitativos, que oferecem aos respondentes a oportunidade de se pronunciarem tanto por meio da escrita, como tradicionalmente é apurada, quanto da oralidade. Essa é uma estratégia utilizada em entrevistas por meio de aparelhos captadores de áudio e de vídeo.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

As transformações nas relações entre ciência, tecnologia e sociedade daí decorrentes integram, por sua vez, novas dinâmicas de produção e circulação do conhecimento, da informação e da cultura, bem como o novo papel que essas dinâmicas desempenham nos processos contemporâneos de participação e mudança social (ALBAGLI; MACIEL; ABDO, 2015, p. 5).

Nesta seção, apresenta-se uma abordagem sobre a ciência aberta e a avaliação por pares aberta, foco da pesquisa, que são elementos basilares para a conversação teórica desta pesquisa.

3.1 CIÊNCIA ABERTA

A comunicação científica evolui cotidianamente com a abertura da Ciência *per se* a um modo de viabilizar o conhecimento, devido à imersão de tecnologias virtuais intensivas direcionadas às atividades de produção, à divulgação e ao acesso ao conhecimento, o que conduz a um *modus operandi* diverso do que o antecede.

A ciência aberta – termo proveniente do inglês, *open science* (OS)– ergueu-se a partir do Século XVI, logo depois da revolução renascentista, devido ao domínio do capital intelectual no auge da era Gutemberg, e ressurgiu no início da década de 2000, do movimento *open access* (OA), que significa acesso aberto (AA) (FROSIO, 2014).

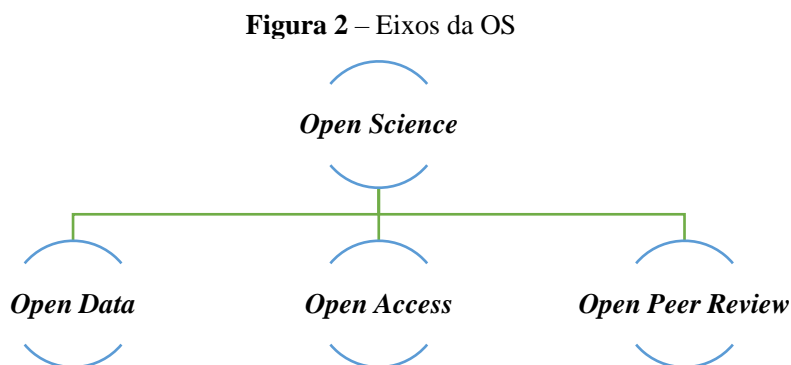
No Brasil, autores da área de comunicação científica fazem coro, ao afirmar que não há um conceito ímpar referente à OS. Albagli, Clínio e Raychtock (2014), em um manuscrito cognominado ‘Ciência aberta: correntes interpretativas e tipos de ação’, definem a OS como um termo guarda-chuva, quiçá, que compreende múltiplos significados e iniciativas, que vão desde a inclusão e reconhecimento de não cientistas [leigos e amadores] e não especialistas [cientistas de outros ramos do saber], que se valem de um escrutínio que não se limita aos pares, até a disponibilização e a reprodução dos dados oriundos de pesquisas. Acerca dos dados de pesquisa, Sayão e Sales (2014) afirmam que são provenientes de investigação e análises científicas, a exemplo de números, desenhos, cálculos, fórmulas, equações, textos, desenhos, ilustrações e registros em áudio.

Contemporaneamente, o movimento pela abertura da Ciência ergue-se como um evento de natureza global, em favor da transparência e de seu amplo acesso, partindo-se da hipótese de que os atuais modelos de produção e comunicação científica são inapropriados

por se submeterem a procedimentos que estabelecem barreiras de ordens legais e econômicas ao seu progresso e disseminação dos dados (ALBAGLI, 2015).

Nessa perspectiva, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (2016), em nota, alegou que, na OS, o conhecimento é um patrimônio coletivo. Em sua tese de Doutorado, Oliveira (2016) anuncia que esse novo fazer científico presume que normas e condutas sejam disponibilizadas ao público acadêmico, às agências de fomento e às instituições de ensino e pesquisa. A autora acrescenta que é objetivo macro da OS propor um novo modelo e práticas científicas, em que a população possa contribuir à medida que os resultados estejam disponíveis.

A OS fundamenta-se em três eixos específicos: os dados abertos, do inglês *open data* (OD), o OA, e a OPR (SPINAK, 2018a), representados na **Figura 2**.



Fonte: Spinak (2018a)

No que diz respeito ao contexto científico, os dados abertos referem-se aos documentos, textuais ou não, inclusive pesquisas realizadas ou em andamento, disponibilizados *online* com autorização ou licença, como, por exemplo, a *creative commons*, que facilita o *download*, a análise e o reprocessamento (ALBAGLI, 2015). Em se tratando da missão do OD, Ernesto Spinak (2015) afirma que os dados científicos compõem um ecossistema em que devem ser acessíveis e reutilizáveis. Isso significa que, os pesquisadores cujos manuscritos científicos estão concluídos ou em execução, além de referenciar fontes, devem proporcionar o acesso às fontes que sustentam a pesquisa, para que outros pesquisadores tenham acesso e possam reproduzir novos resultados. Acerca disso, conclui-se que os dados divulgados abertamente têm um amplo quantitativo de menções em outras pesquisas.

O OA, é um movimento global surgido no início da década de 2000, com o objetivo de disponibilizar, gratuitamente (sem restrições), resultados de pesquisas via internet,

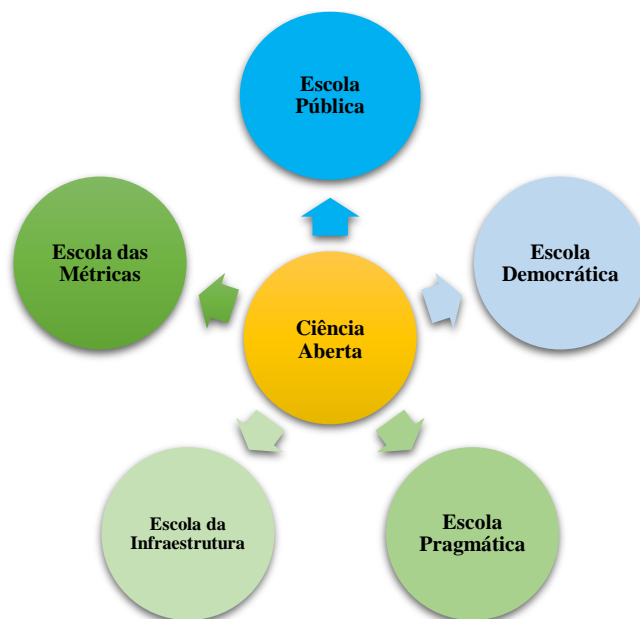
fundamenta-se em três grandes iniciativas, denominadas de os 3B's: *Budapest Open Access Initiative* (BOAI), que desencadeou uma campanha mundial em prol do acesso livre as novas publicações científicas revisadas por pares (BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE, 2012). *Bethesda Statement on Open Access Publishing* (BSOAP), que propõe as políticas para o OA; e *the Berlin Declaration on Open Access to Knowledge in the Sciences and Humanities* (BDOAKSH), que reafirma as asserções propostas anteriormente. Em se tratando do acesso aos dados, Autran e Borges (2014, p. 129) afirmam que as estratégias apresentadas em prol do OA sugerem que:

Sejam criados mecanismos alternativos para publicação, como revistas de acesso aberto e repositórios institucionais ou temáticos, o que resultaria em um novo modelo de negócios, ou seja, a publicação a baixo custo através das instituições acadêmicas para fazer face aos altos custos praticados pelos editores comerciais.

O OA dispõe de duas estratégias que promovem o acesso livre às pesquisas científicas, a saber: as vias verdes (*green road*) e as vias douradas (*gold road*). Segundo Autran e Borges (2014), compactuando com Albagli, Clinio e Raychtock (2014), as vias verdes representam o autoarquivamento – envio da publicação pelo autor – em plataformas de acesso livre, como os repositórios institucionais ou temáticos, e as vias douradas consistem na comunicação de manuscritos em periódicos científicos.

A OPR é um procedimento de análise científica proveniente do campo das Ciências da Saúde dos países de primeiro mundo, de conceito incomensurável, desempenhada sob a égide da transparência, e por meio da qual autores e avaliadores ficam conhecidos, e os relatórios de avaliação passam a ser assinados para responsabilizar e congratular os árbitros pelo desempenho de suas avaliações. Em alguns casos, é divulgada com a autorização de ambos (autores e avaliadores), cumprindo o propósito da Ciência aberta por meio de suas práxis. A OS engloba uma variedade de práticas e, geralmente, inclui eixos como amplo acesso a publicações, dados abertos de pesquisa, *software*/ferramentas de código aberto, fluxos de trabalho abertos, ciência cidadã, recursos educacionais abertos e métodos alternativos para avaliar pesquisas, incluindo a revisão aberta de pares (PONTIKA *et al.*, 2015).

Fecher e Friesike (2013), em sua obra '*Open Science: One Term, Five Schools of Thought*', reafirmam a existência de cinco escolas de pensamento (**Figura 3**), que fazem menção às práticas da OS, distintas, porém correlatas e condizentes com as abordagens previstas pelo modelo que ora desponta.

Figura 3 – Escolas do pensamento

Fonte: Fecher e Friesike (2013)

a) Escola pública (*Public School*): Faz alusão à ciência cidadã, uma prática de pesquisa solícita à participação do público, entre eles, cientistas – especialistas em determinado campo científico e leigos – cientistas neófitos, especialistas de outros ramos do saber, e indivíduos sem formação – o que contribui para efetivar o conhecimento científico por canais de comunicação informal, como *blogs*, redes sociais e comunidades virtuais.

b) Escola Democrática (*Democratic School*): Defende que o conhecimento é um bem coletivo, cujo acesso condiz com o direito da população. Decerto, a escola pragmática utiliza-se de duas estratégias: o OD – que possibilita que dados primários sejam amplamente escrutinados, divulgados, reutilizados e reproduzidos – e o OA – que enfatiza a abertura dos resultados de pesquisa através de periódicos e de repositórios (ALBAGLI; CLÍNIO; RAYCHTOCK, 2014). Os princípios promulgados por essa escola antagonizam a censura e a cobrança pelo acesso aos dados de pesquisa (FECHER; FRIESIKE, 2013; ALBAGLI; CLINIO; RAYCHTOCK, 2014).

c) Escola Pragmática (*Pragmatic School*): Considera que o aperfeiçoamento científico provém da transparência do escrutínio dos especialistas intermediado por iniciativas abertas via internet. Em se tratando das finalidades dessa escola, Tony Ross-Hellauer (2017), em concordância com o pensamento de Fecher e de Friesike (2013), reconhece que ensinam os

efeitos da internet, a fim de desvelar as fases do processo de avaliação, de prover uma rede humana de cientistas e de dar-lhes o mérito pelo trabalho realizado.

d) Escola da Infraestrutura (*Infrastructure School*): Informa e justifica que a otimização da pesquisa científica requer o uso de uma estrutura à base de tecnologia intensiva que propicie o acesso, a cooperação e a difusão de dados. Entretanto, acerca das finalidades dessa vertente, Albagli (2015) relata que visa estabelecer ambientes virtuais abertos que não estejam limitados ao estoque de dados científicos, mas que promovam a interação, a contribuição e o acesso aos dados de pesquisa.

e) Escola das Métricas (*Measurement School*): Refere-se ao uso de métodos empregados para mensurar produções científicas através de métricas. Sobre isso, Albagli (2015) afirma que os chamados estudos altimétricos não se destinam somente a mensurar o produto final, mas também a averiguar seu uso (impacto) através de múltiplos indicadores, como os comentários *online*, compartilhamentos, *downloads*, postagens em redes sociais e *blogs*. A autora afirma que, no ecossistema acadêmico, subsistem os *softwares* de aferição científica, como o *Mendeley* ⁵ (aplicativo de gerenciamento de dados científicos) e o *Zotero* (*software* livre de gerenciamento bibliográfico) ⁶.

3.2 AVALIAÇÃO POR PARES ABERTA

A Ciência avança cotidianamente e, como respaldo, derivam-se considerações e dados científicos, frutos de pesquisas, os quais fomentam e embasam o desenvolvimento de novas problemáticas que contribuem para o progresso científico e tecnológico, solucionando impasses culturais, sociais, políticos e econômicos. Por assim dizer, quando autenticada, a Ciência impõe-se a critérios de análise, viabilizados através da avaliação por pares (SILVA, 2016).

A respeito da avaliação por pares, Nascimento (2010) afirma que, com o surgimento das sociedades científicas dos Séculos XVI e XVII, a produção do conhecimento não se fundava somente em métodos empíricos ou experimentais, em que acadêmicos se reuniam, *in loco*, com o intuito de analisar o conhecimento ora produzido, mas também se ampliava, em seguida, por meio de comunicados, via correspondência entre especialistas, distribuídos

⁵ Disponível em: <<https://www.mendeley.com/>>.

⁶ Disponível em: <<https://www.zotero.org/>>.

geograficamente. Essa estratégia era utilizada para avaliar metodologias e autenticar resultados obtidos por meio de críticas e sugestões, conforme já referido.

Freitas (2006) alega, no entanto, que tais correspondências, aliadas à imprensa, originaram as primeiras publicações científicas que, antes restritas, passaram a ser divulgadas para um público mais amplo. Sob o olhar de Pavan e Stumpf (2009), a avaliação por pares despontou com a eclosão dos periódicos científicos datados dos Séculos XVI e XVII, por causa da preocupação de cientistas que chamavam para si a responsabilidade de filtrar a boa e a má Ciência.

Em sua tese de Doutorado, intitulada ‘Revisão por pares e tecnologias eletrônicas: perspectivas paradigmáticas nos procedimentos de comunicação científica’, Silva (2016) narra, com uma linha sinótica, os cinco marcos históricos que representam a evolução do sistema de avaliação de 1660 até os dias atuais:

a) O primeiro período iniciou-se em 1660, protagonizado pelos colégios invisíveis – termo cunhado por Robert Boyle para conceituar grupos de pesquisadores deslocados geograficamente, com o objetivo macro de contribuir para a evolução das produções científicas e o desenvolvimento de novas teorias; e a participação da igreja católica no final do Século XVI, a fim de endossar a ortodoxia, e garantir a qualidade do conhecimento produzido através de um eficiente sistema de análise empreendido pelo clero;

b) O segundo período principiou em 1663, data da aquiescência de uma resolução em que a *Royal Society of London* só autorizou a publicação de livros revisados por, no mínimo, dois de seus associados;

c) A partir dos anos 1900, o terceiro período foi evidenciado quando os cientistas da *Royal Society of London* passaram a se preocupar com sua reputação;

d) No penúltimo marco, promulgado em 1945, período da pós-segunda guerra mundial, houve a expansão de periódicos científicos publicados, o aumento exponencial de publicações acadêmicas divulgadas e a inserção dos modelos anônimos de avaliação por pares;

e) O último período remete-se à atualidade, representado pela OPR, tema desta pesquisa, um sistema de avaliação caracterizado por transparecer identidades e etapas do processo avaliativo para os participantes e a comunidade científica (SILVA, 2016).

A avaliação por pares, ou sistema de arbitragem (*peer review*), é denominada de pedra angular da comunicação científica, denotada como fio condutor que concede ao conhecimento científico o *status* de qualidade. Em um panorama nacional e internacional, a literatura científica denota o quão homogêneo se manifesta o conceito de avaliação por pares, conforme

presumido por Silva (2016), em que todos os conceitos se referem à melhoria, à credibilidade do conteúdo dos manuscritos e ao progresso científico e tecnológico. Abaixo, são compiladas as falas dos teóricos cujas pesquisas estabelecem conceitos para o sistema de avaliação.

Quadro 2 – Teóricos que abordam definições de avaliação por pares

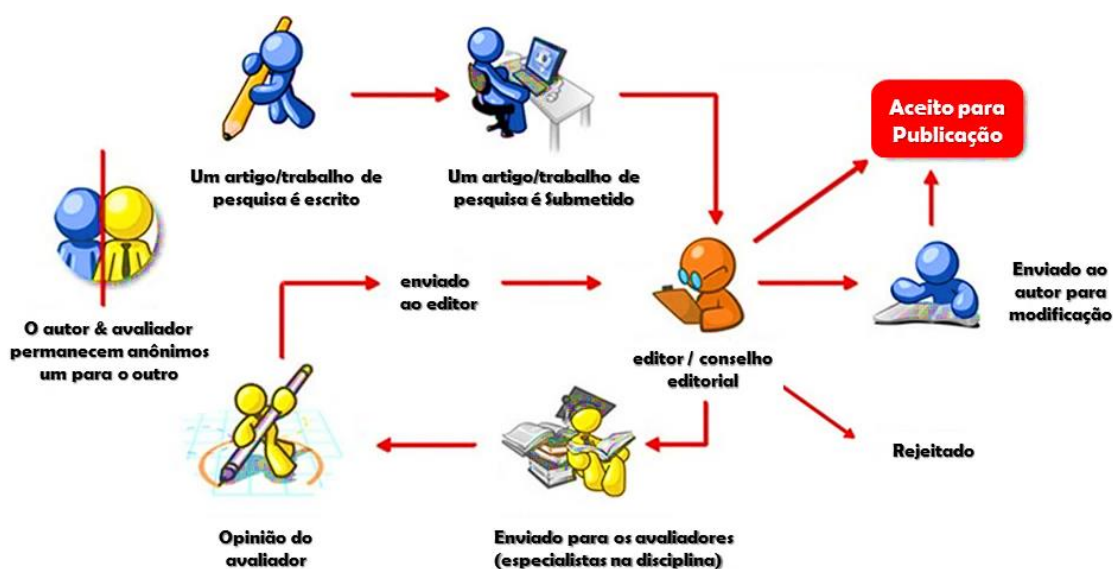
Teóricos	Definições
Summer e Shum (1996)	A revisão é um processo argumentativo em que os revisores estão envolvidos em um debate imaginário com autores distantes que não estão presentes para responder à sua análise.
<i>Science Media Center</i> (2003)	A revisão por pares é onde os cientistas abrem sua investigação ao escrutínio de outros especialistas no campo.
Botomé (2011)	Uma “avaliação” ou um “parecer” equivale a uma conclusão: exige a explicitação do conjunto de dados (ou premissas) em que se baseia uma decisão, um juízo, uma opinião ou uma afirmação.
Ford (2013)	Além de servir como um mecanismo de validação e controle de qualidade, a revisão por pares é um processo de desenvolvimento, que proporciona um local para os árbitros e os autores dialogarem e desenvolverem colaborativamente ideias e pesquisas.
Kelly, Sadeghieh e Adeli (2014)	A revisão por pares foi definida como um processo de sujeição do trabalho acadêmico, de pesquisas ou de ideias de um autor ao escrutínio de outros especialistas no mesmo campo.
Walker e Silva (2015)	Consiste em avaliar a adequação de um manuscrito para publicação e dar <i>feedback</i> aos autores, para ajudá-los a melhorar a qualidade de seus manuscritos.
Nassi-Calò (2015b)	Revisão por pares (<i>peer review</i>) de artigos científicos é a avaliação de resultados de pesquisa ou propostas de projetos quanto à competência, à significância e à originalidade conduzida por especialistas qualificados que pesquisam e submetem para publicação trabalhos da mesma área (pares).
Nicholson e Alperin (2016)	A revisão por pares, um processo por meio do qual os especialistas avaliam um trabalho, é parte integrante da publicação acadêmica.
Denson (2017)	Considerado por muitos como o padrão de ouro para atingir o rigor acadêmico.
Ross-Hellauer (2017)	A revisão por pares é o mecanismo formal de garantia de qualidade, por meio do qual os manuscritos acadêmicos (por exemplo, artigos de periódicos, livros, pedidos de subsídio e documentos de conferências) são submetidos ao escrutínio de outros, cujos comentários e julgamentos são usados para melhorar os trabalhos e tomar decisões finais em relação à seleção (para publicação, concessão de alocação ou tempo de uso da palavra).

Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

No que diz respeito aos seus objetivos, autores desse mesmo campo, como Botomé (2011); Cassella (2010); Ford (2015); Nassi-Calò (2015b, 2017b); Ross-Hellauer (2017); Silva, Muller e Silveira (2015) e Spinak (2018a), em uma só voz, consideram o sistema de revisão por pares um fator indispensável, que confere credibilidade e prestígio às publicações científicas. Em concordância com a fala dos autores supracitados, Ida Stumpf (2008) coadunada com Ware (2008), assevera que a avaliação por pares vai além da qualificação científica e que esse sistema, em sua essência, tem a finalidade de educar os avaliados para

que aperfeiçoem a escrita científica intermediada pelas críticas e pelas sugestões relacionadas à forma e ao conteúdo dos originais, noções relativas ao objetivo macro do sistema de arbitragem. O esquema abaixo representa o ciclo de análise da Ciência, protagonizada pelo editor, pelo autor e pelos avaliadores, que podem exercer tais posições simultaneamente.

Figura 4 – Fluxo de avaliação por pares



Fonte: Enago Academy (2013)

O fluxo de avaliação por pares transcorre conforme o seguinte formato: a princípio, o conhecimento científico e o tecnológico são materializados através dos originais/manuscritos – termos utilizados nesta pesquisa para se referir aos artigos científicos – idealizados e escritos pelos autores, que, posteriormente, submetem-nos a um periódico a fim de divulgá-los para a comunidade. Segundo Mueller (2006), a avaliação é feita depois que o manuscrito passa pela submissão. Ainda sobre a submissão, Stumpf (2008) assegura que, ao iniciar uma pesquisa, o autor já prevê a que revista irá submetê-la. Conforme a autora, a seleção do periódico está relacionada à qualidade do manuscrito e à possibilidade de que seja admitido ao menos para avaliação.

Quando submetido, o artigo é recebido pelo editor – responsável por conduzir as etapas interdependentes do processo de avaliação e divulgação científica – que, a princípio, realiza uma triagem a fim de decidir o curso que o manuscrito irá percorrer. Há casos em que o artigo é recusado imediatamente pelo editor, pelo fato de o tema abordado não corresponder ao escopo da revista (MEADOWS, 1999). O sistema de revisão por pares utiliza-se de avaliadores, chamados, nesta pesquisa, de consultores, analistas, revisores e árbitros, e *referees* – que analisam e emitem julgamentos que lhes garantam o *status* de insuspeição.

Tradicionalmente, o processo de avaliação é realizado às cegas, isto é, o autor e os avaliadores são desconhecidos uns dos outros. Nesse sentido, é conveniente que os nomes e os dados institucionais do autor sejam removidos, o que reduz a possibilidade de o avaliador deduzir seu perfil (FORD, 2013; WARE, 2008). As plataformas e os *softwares* gerenciadores de periódicos de acesso livre, como, por exemplo, o OJS, adaptado para a realidade da revista, possibilitam o envio de originais, em anexo, depois que os metadados referentes aos dados pessoais e profissionais dos autores são preenchidos, de modo que o editor possa intermediar os *feedbacks* concernentes às etapas do processo de avaliação.

Outrossim, a avaliação é iniciada quando o editor seleciona, comumente, dois revisores, íntimos ao conteúdo do manuscrito, enviando-lhes um formulário, a fim de conduzi-los à emissão de pareceres construtivos. Sobre o posicionamento dos árbitros, Silva (2016, p. 91) afirma que, ao analisar o documento, eles “devolvem o formulário com os respectivos comentários, com recomendações para aceitar, aceitar com revisões necessárias, o que requer revisões e ressubmissão para posterior revisão, ou rejeitar”. Todavia, nos casos em que ocorrem divergências de opinião sobre os aspectos temáticos do mesmo artigo, recomendando-se a convocação de um terceiro avaliador.

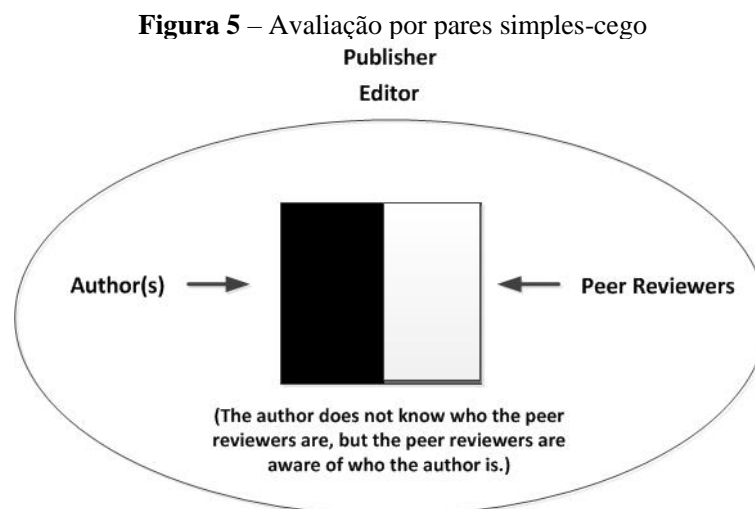
No final das avaliações, são enviados ao editor os formulários com os julgamentos dos árbitros acerca do texto. Assim, com base no posicionamento dos avaliadores, o editor emite, formalmente, a aceitação ou a recusa.

Num panorama nacional e internacional, Ford (2015); Melero e Lopez-Santoveña (2001); Nassi-Calò (2017b); Pavan e Stumpf (2009); Ross-Hellauer, Deppe e Schmidt (2017); Silva, Mueller e Silveira (2015); Stumpf (2008); Ware (2008) são unânimes ao afirmar que o sistema de avaliação por pares constitui-se de três modelos vigentes: revisão simples ou semicega (*single-blind review*), revisão duplo-cega (*double-blind review*), denominadas na literatura de convencionais ou tradicionais, e a OPR, um método inovador evidenciado através das tecnologias de AA.

Atualmente, a comunidade científica vem se deparando com múltiplos métodos de avaliação por pares e têm como referência o modelo de avaliação às cegas. Trata-se de um processo em que as identidades dos avaliadores e dos autores são ocultadas durante a análise, com exceção do editor, que, nesse sistema, tem a responsabilidade de possibilitar a mediação (autor e avaliador) e de manter a comunicação entre ambos no decorrer da análise e depois.

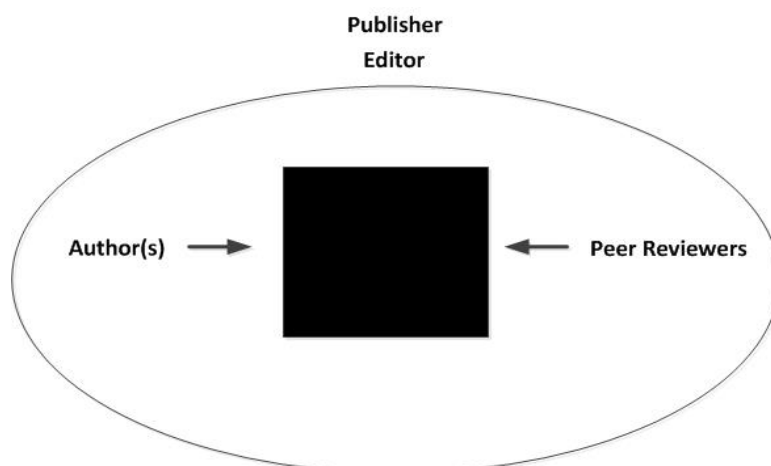
A avaliação semicega ocorre quando os árbitros conhecem previamente a identidade do autor, no entanto, o nome do revisor mantém-se anônimo. No que diz respeito à não identificação dos árbitros, Ware (2008, p. 6, tradução nossa) justifica que “o principal

argumento para que a identidade do revisor não seja conhecida é o fato de permitir aos revisores tecerem comentários e pareceres, livremente, sem temor de represálias por parte dos autores”. O modelo semicego, considerado como referência nas áreas de Saúde e de Ciências Biológicas, foi submetido a duras críticas, ao ser comprovado que está sujeito a julgamentos imparciais (CASSELLA, 2010). Sobre a ação fortuita dos avaliadores, Nassi-Calò (2017b) aborda o caso dos que, quando resguardados pelo anonimato, podem cometer enganos, agir erroneamente, comprometer o processo de arbitragem e avaliar os originais com base em conflitos de interesse, e não, por mérito científico. A **Figura 5** reflete a fala dos autores quando mencionam as desvantagens provindas do modelo simples-cego, que torna autores vulneráveis, quando conhecidos, aos astutos escrutínios dos revisores cujos nomes são encobertos.



Fonte: Hai-Jew (2018)

Denominada de caixa preta da avaliação por pares, a revisão duplo-cego caracteriza-se pelo desconhecimento mútuo das identidades físicas e institucionais de ambos (autores e revisores). A **Figura 6** interpreta a dinâmica da modalidade duplo-cega: em lados opostos, encontram-se os árbitros e os autores, isolados pelo encobrimento de seus atributos, o qual é representado pelo tetrágono destacado de preto, e cujo diálogo entre ambos é intermediado pelo editor.

Figura 6 – Avaliação por pares duplo-cego

Fonte: Hai-Jew (2018)

Ao fazer um levantamento bibliográfico sobre as modalidades de avaliação vigentes em periódicos de Ciências da Saúde, Jenal *et al.* (2012) e Walker e Silva (2015) concluíram que a revisão por dupla obscuridade, devido à assertividade, indefere casos de abuso entre autores e avaliadores, o que assegura credibilidade aos originais. Refutando a afirmação dos autores, Botomé (2011) demonstra uma visão oposta, ao constatar que, nesse sistema, os avaliadores quase sempre apresentam julgamentos no menor grau de cientificidade e de insuspeição. No entanto, embora a avaliação duplo-cega impossibilite o contato entre o avaliador e o avaliado, apresenta um possível paradoxo, desvelado por Amsen (2014); DeCoursey (2006) e Ware (2008), que entendem que o sistema *double-blind* não é à prova de erros e é possível deduzir o perfil do autor e sua afiliação institucional por intermédio de suas referências e dos seus temas de pesquisa, assim como o autor poderá conjecturar o perfil do avaliador através de suas contribuições.

Em se tratando dos modelos convencionais de arbitragem, Amsen (2014), Boldt (2011), Botomé (2011), Cassella (2010), Ford (2013, 2015), Mueller (2006), Ross-Hellauer (2017), Spinak (2018b), Summer e Shum (1996), Walker e Silva (2015), Walsh *et al.* (2000) e Ware (2008) fazem coro ao enfatizar que o modelo de avaliação tradicional contribui para se verificar e qualificar a informação científica, no entanto, são passíveis de erros que tendem a comprometer a avaliação no todo, o progresso científico e a reputação dos periódicos. No **Quadro 3**, são elencados os percalços, fruto da revisão anônima, que são refletidos pela literatura internacional.

Quadro 3 – Impasses da avaliação por pares tradicional

Impasses	Descrição
Demora das avaliações	Prolonga o tempo de avaliação, que vai da submissão à publicação.
Preconceito contra categorias e resultado de manuscritos	Preterição aos manuscritos que apresentam resultados negativos ou intermediários.
Vieses sociais, políticos e cognitivos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aversão a autores (referências) do sexo feminino; ▪ Antipatia por autores (referências) de instituições pouco influentes; ▪ Favoritismo por autores (referência) de países cujo inglês não é uma língua nativa; ▪ Preferência por autores de áreas geográficas específicas; ▪ Predileção por artigos escritos com linguagem obscuro a artigos idênticos com linguagem acessível.
Falta de confiabilidade	Passível de erros ou contradições ao julgamento dos árbitros.
Incapacidade de identificar fraudes	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Não discerne manuscritos que contêm erros de escrita e de metodologias; ▪ Não identifica a manipulação de dados e a pesquisa.
Não transparente	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Situa os revisores em posição de supremacia e exerce influência facciosa sobre a produção científica; ▪ Supressão e usurpação de ideias alheias.
Falta de reconhecimento	Desprestígio e falta de incentivo aos árbitros.

Fonte: Grgic (2018); Ross-Hellauer (2017); Ross-Hellauer, Deppe, Schmidt (2017); Silva (2016); Spinak (2018a); Walker e Silva (2015)

Devido às falibilidades dos sistemas de arbitragem convencionais expostos acima, convidou-se Smith (2006), que menciona que, há tempos, os críticos em comunicação científica sugerem a abolição do sistema de arbitragem, porquanto ele é vulnerável às ações adversas aos propósitos da comunicação científica. Entretanto, Nassi-Calò (2015b), através de *paper* intitulado ‘Avaliação por pares: ruim com ela, pior sem ela’, desmistifica tal hipótese ao comentar que a crise da revisão por pares – movimento desencadeado pelo surto de vieses, fraudes e comportamentos aéticos entre autores e avaliadores – não compromete o fundamento do procedimento ora citado. Segundo a autora, embora haja controvérsias intrínsecas ao sistema de arbitragem, é ele o crivo que auxilia a segregar o trigo e o joio, em meio ao amplo volume de literatura impressa e/ou disponibilizada em rede. Ainda sobre o sistema de avaliação por pares, a iniciativa britânica *Sense about science* empreendeu, em meados de 2009, um *survey* com cerca de quatro mil acadêmicos, 84% dos quais consideram que, sem revisão por pares, ocorreria um desequilíbrio no modelo de comunicação científica, que comprometeria a veracidade das informações amplamente divulgadas (PEER REVIEW SURVEY, 2009).

Em meados dos anos de 1980, começaram a ser realizados os primeiros estudos que propunham a abertura do sistema de avaliação por pares e a hibridização das modalidades em periódicos científicos em comum acordo com autores e árbitros (FORD, 2013).

Em uma série de muitas pesquisas realizadas a fim de verificar a possibilidade de se adotar o sistema de avaliação às cegas, a primeira foi empreendida por Michael McGriffert, em 1988, que, ao abordar o Conselho Consultivo do *The William e Mary Quarterly* – um periódico publicado pelo *Omohundro Institute of Early American History and Culture* – instituído por 100 avaliadores, verificou que eles se sentiam desconfortáveis com a proposta e optaram pela permanência do sistema de avaliação às cegas (FORD, 2013).

A partir de 1990, ocorreu o uso alternativo do sistema de avaliação por pares (*single-blind review* / *double blind review*), os quais seriam utilizados conforme os critérios estabelecidos pelos avaliadores (FORD, 2013). Posteriormente, partindo do pressuposto de que a argumentação é o recurso basilar para a constituição de um sistema de arbitragem, Tamara Summer e Simon Buckingham Shum (1996), em um *paper* intitulado ‘*Open peer review e argumentation: loosening the paper chains on journal*’, lançaram a iniciativa para implementar a avaliação aberta, no periódico *Journal for Intective Media in Education* mediada pela internet.

No final da década de 1990, houve a anuência do OPR, renunciada pelos periódicos de Ciências Médicas e da Vida, situados em países de primeiro mundo, onde as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) consolidavam um novo *modus operandi*, estimulando a transparência da revisão. Em resumo, em um estudo divulgado pelo *F1000 Research Blog*, Eva Amsen (2014) narra o histórico oscilante, porém evolutivo, de adesão da OPR com dinâmicas distintas, cujo recorte temporal compreende os anos de 1999 a 2012. Conforme o panorama traçado pela autora (**Quadro 4**), alta parcela dos periódicos/editores passou a desvelar as credenciais dos árbitros, assim como a disponibilizar os relatórios de avaliação em anexo à publicação dos manuscritos, aspectos que, *a priori*, caracterizam o modelo que atualmente desponta (AMSEN, 2014).

Quadro 4 – Evolução e adoção da OPR

Período	Descrição
1999	Depois de estudar vários modelos de revisão por pares, o <i>BMJ</i> começou a revelar os nomes dos revisores aos autores.
2000	O BioMed Central foi lançado e, logo em seguida, começou a incluir nomes de revisores e histórico de pré-publicação de artigos publicados em todas as revistas médicas em sua série de publicações da BMC.
2001	<i>Atmosferic Chemistry and Phisics</i> introduz um sistema em que os manuscritos são colocados online como um “documento de discussão”, que é arquivado com todos os comentários e revisões, mesmo antes de artigos aprovados e revisados por pares aparecerem na revista.
2006	Lançamento do <i>Biology Direct</i> , que inclui comentários de revisores e nomes com artigos publicados.
2007	<i>Frontiers</i> lança e inclui nomes de revisores com artigos.
2010	A revista <i>EMBO</i> começa a publicar o arquivo do processo de revisão com artigos. Os

	editores são nomeados, mas os árbitros continuam anônimos.
2011	<i>O BMJ Open</i> é lançado e inclui todos os nomes de revisores e os relatórios de revisão com artigos publicados.
2012	Vários periódicos são lançados com um modelo aberto de revisão por pares: <ul style="list-style-type: none"> • <i>GigaScience</i> - publica o histórico de pré-publicação com artigos e nomes dos revisores (sistema de <i>opt-out</i>); • <i>PeerJ</i> - Relatórios de revisão por pares publicados com a aprovação do autor, nomes de revisores publicados com permissão do revisor; • <i>eLife</i> - Carta de decisão publicada com aprovação do autor. Revisores anônimos; • <i>F1000Research</i> - Todos os relatórios de revisão por pares e nomes de revisores são públicos e aparecem depois que o artigo é publicado on-line.

Fonte: Amsen (2014)

A OPR é conhecida por possibilitar o reconhecimento mútuo dos autores e avaliadores e vice-versa, bem como a ampla exposição dos escrutínios à comunidade. A literatura científica anglófona divulga o quão divergentes situam-se os posicionamentos de pesquisadores acerca de um conceito-padrão que represente a OPR em sua completude (SILVA, 2016).

Inicialmente, recorre-se a autores internacionais, cujas pesquisas abordam conceitos simplórios para se referir-se à avaliação aberta no todo. Assim, Nancy McCormack (2009), bibliotecária e professora da Universidade de Direito da *Queen's University*, sintetiza a avaliação aberta como um procedimento que não encobre a identidade de autores ou avaliadores. Compactuando com esse posicionamento, Mark Ware (2008) considera a avaliação aberta como um modelo antagônico ao duplo-cego. Grgic (2018) e Nassi-Calò (2013) vão além, ao afirmar que o sistema aberto reside na publicização das identidades e dos comentários dos árbitros como parte do manuscrito ou em páginas na *web* associadas ao periódico. Por fim, sob a perspectiva de Shotton (2012, tradução nossa), o sistema de avaliação aberta é:

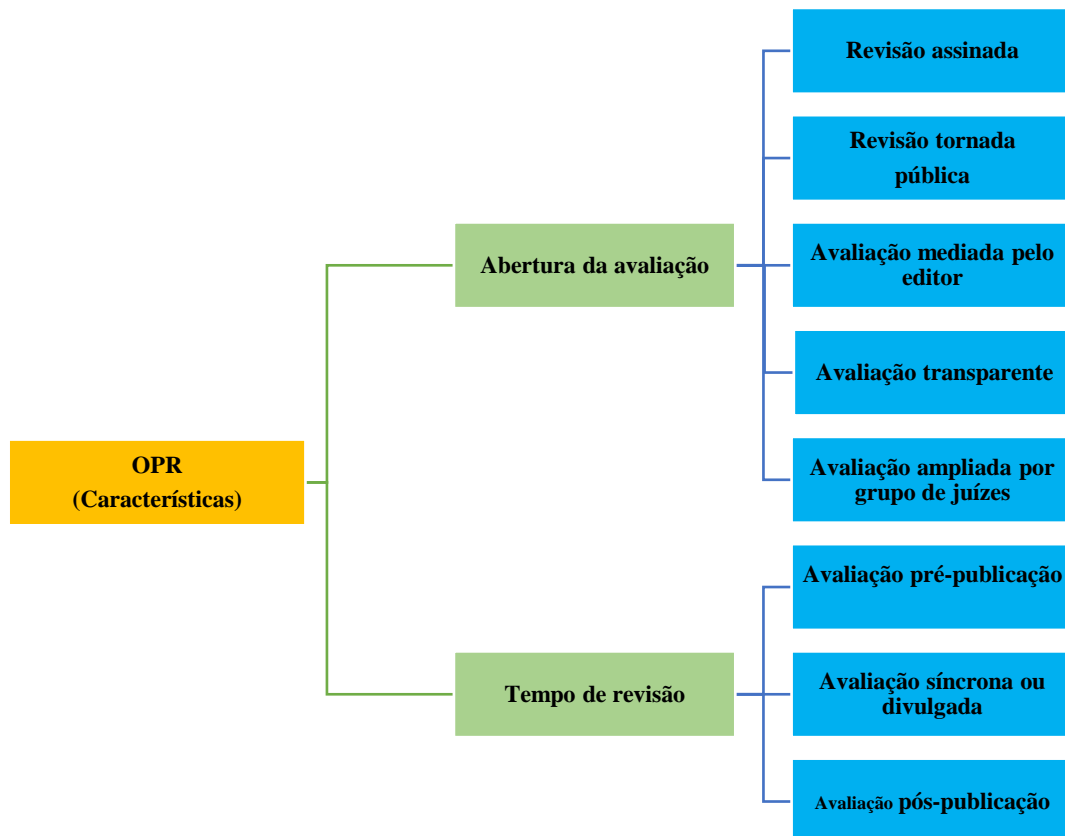
Um processo de revisão totalmente transparente. Cada manuscrito submetido é imediatamente disponibilizado no site da revista. Os comentários dos leitores são bem-vindos e são considerados juntamente com as revisões formais solicitadas pelos especialistas pela revista. Todas as revisões, as respostas do autor e as versões original e final do artigo são publicadas, e os revisores e editores nomeados são reconhecidos pelo nome na versão final.

Contrariamente ao pensamento dos autores, Tony Ross-Hellauer (2017) comunga com Emily Ford (2013), ao considerar que não há um conceito formal aceito pela Academia que defina a OPR. Ernesto Spinak (2018a), concordando com os autores, associa o sistema de

avaliação aberta a um guarda-chuva, isto é, termo multifacetado utilizado para representar iniciativas/ações diferenciadas aplicadas aos modelos de arbitragem associados à Ciência aberta. Hames (2014) endossa o posicionamento dos autores e assinala que a OPR pode ser entendida como a apresentação dos autores aos avaliadores, e vice-versa, mas essa definição é simplória, porquanto esse procedimento abrange dinâmicas como: divulgação de nomes na publicação do artigo, divulgação de relatórios (com ou sem nomes) e contribuição da comunidade durante a avaliação e suas múltiplas combinações.

Ao analisar um repertório teórico, cujo *corpus* foi constituído de 35 artigos relativos à transparência do sistema de arbitragem, Emily Ford (2013) concluiu que essa nova modalidade apoia-se em oito eixos correlatos (**Figura 7**), cinco dos quais se referem à abertura do modelo de avaliação, e três fazem menção ao tempo de escrutínio dos originais. A autora ressalta que as implementações do novo sistema poderão ostentar mais de uma característica de abertura e mais de um eixo relacionado ao tempo de revisão.

Figura 7 – Características da OPR



Fonte: Adaptado de Ford (2013)

Com base no estudo sobredito, Tony Ross-Hellauer (2017), ao analisar minuciosamente 122 definições, classificou-as em sete facetas - cinco similares às

características propostas por Ford (2013). O autor reconhece a obscuridade do termo em questão, que envolve uma série de inovações relativas ao propósito da OS, isto é, transparência, reconhecimento, inclusão, acesso e uso. Todavia, a literatura demonstra que cada característica se complementa com as outras e, ampliando novos sentidos de abertura à guisa do novo modelo de revisão (SPINAK, 2018a) outrora sumarizado. O **Quadro 5** recompila as características/categorias propostas pelos autores supracitados, que relacionam as diferentes ações e práticas da OPR.

Quadro 5 – Características e categorias da OPR

Características	Categorias
Revisão assinada	Identities abertas
Revisão tornada pública	Relatórios abertos
Avaliação mediada pelo editor	-
Avaliação transparente	Interação aberta
Avaliação ampliada por grupo de juízes	Participação aberta
Avaliação pré-publicação	Manuscritos pré-revisados
Avaliação síncrona ou divulgada	-
Avaliação pós-publicação	Comentários abertos pós-publicados
-	Plataformas abertas

Fonte: Ford (2013); Ross-Hellauer (2017); Spinak (2018a)

a) Avaliação assinada (*Signed review*) / Identities abertas

Nominada de revisão não cega (MONSEN; HORN, 2007), esse viés se traduz através do reconhecimento dos avaliadores quando assinam seus pareceres, figurados ao lado dos manuscritos quando divulgados para o público. A **Figura 8** exhibe o modelo de avaliação assinada. Como exemplo, o artigo do pesquisador Tony Ross-Hellauer, publicado no periódico britânico *F1000 Research: Open for Science*.

Figura 8 – Avaliação assinada

F1000Research
F1000Research 2017, 6:588 Last updated: 18 OCT 2018

Check for updates



SYSTEMATIC REVIEW
What is open peer review? A systematic review [version 1; referees: 1 approved, 3 approved with reservations]






Tony Ross-Hellauer 
Göttingen State and University Library, University of Göttingen, Göttingen, 37073, Germany


v1 First published: 27 Apr 2017, 6:588 (doi: 10.12688/f1000research.11369.1)
Latest published: 31 Aug 2017, 6:588 (doi: 10.12688/f1000research.11369.2)

Abstract
Background: "Open peer review" (OPR), despite being a major pillar of Open Science, has neither a standardized definition nor an agreed schema of its features and implementations. The literature reflects this, with a myriad of overlapping and often contradictory definitions. While the term is used by some to refer to peer review where the identities of both author and reviewer are disclosed to each other, for others it signifies systems where reviewer reports are published alongside articles. For others it signifies both of these conditions, and for yet others it describes systems where not only "invited experts" are able to comment. For still others, it includes a variety of combinations of these and other novel methods.
Methods: Recognising the absence of a consensus view on what open peer review is, this article undertakes a systematic review of definitions of "open peer review" or "open review", to create a corpus of 122 definitions. These definitions are then systematically analysed to build a coherent typology of the many different innovations in peer review signified by the term, and hence provide the precise technical definition currently lacking.
Results: This quantifiable data yields rich information on the range and extent of differing definitions over time and by broad subject area. Quantifying definitions in this way allows us to accurately portray exactly how ambiguously the phrase "open peer review" has been used thus far, for the literature offers a total of 22 distinct configurations of seven traits, effectively meaning that there are 22 different definitions of OPR in the literature.
Conclusions: Based on this work, I propose a pragmatic definition of open peer review as an umbrella term for a number of overlapping ways that peer review models can be adapted in line with the ethos of Open Science, including making reviewer and author identities open, publishing review reports and enabling greater participation in the peer review process.


Keywords
open peer review, Open Science, scholarly communication, research evaluation, publishing

Open Peer Review
Referee Status:    

	Invited Referees	1	2	3	4
version 2 published 31 Aug 2017		 report	 report	 report	
version 1 published 27 Apr 2017					

1 **Richard Walker** , Swiss Federal Institute of Technology in Lausanne, Switzerland

2 **Theodora Bloom** , The BMJ, UK

3 **Bahar Mehmani** , RELX Group, The Netherlands

4 **Emily Ford** , Portland State University, USA

Discuss this article
Comments (0)

Assinatura dos árbitros

Fonte: Ross-Hellauer (2017)

A literatura científica internacional menciona que o modelo de revisão assinada se opõe ao sistema de arbitragem convencional (semi e duplo cego), o que resulta em benefícios e desvantagens para o constructo científico. Em se tratando da assinatura dos pareceres, Elizabeth Walsh *et al.* (2000), com o propósito de averiguar a possibilidade de os avaliadores do campo da Psicologia assinarem seus comentários, verificaram que eles passaram a ser mais cautelosos, em comparação com os comentários emitidos anonimamente. No mesmo sentido, ao analisar o aspecto da avaliação por pares assinada, Van Rooyen *et al.* (2010) comprovaram que os árbitros são motivados a construir pareceres de melhor qualidade quando conscientes de que suas avaliações chegariam ao conhecimento do público intermediadas pela *web*.

Em síntese, os opositores consideram que a revisão assinada influencia a decadência das avaliações. Entretanto, com base na teoria da polidez, Nobarany, em companhia de Booth (2015), analisa a postura dos avaliadores quando são convidados a assinar seus pareceres. Os teóricos afirmam que os revisores tendem a ser gentis, como estratégia para minimizar possíveis conflitos com os autores, sobretudo, quando se trata de referenciais. Reiterando o

posicionamento dos autores, Ross-Hellauer (2017) afirma que a ampla exposição dos revisores modera as críticas em prol do bem-estar entre o avaliador e o avaliado.

b) Revisão tornada pública (*Disclosed reviews*) / Relatórios abertos

Promove o discernimento entre árbitros e autores e possibilitando a troca de informações referentes à estrutura e ao conteúdo dos manuscritos por meio do diálogo ao longo da avaliação, disponibilizado, geralmente, no final do artigo (**Figura 9**). Sob o ponto de vista de Ross-Hellauer (2017), os relatórios abertos referem-se à divulgação das críticas (resumo ou completo) publicadas ao lado ou no final do manuscrito.

Figura 9 – Diálogo entre autor e avaliador

Author Response 01 Sep 2017

Tony Ross-Hellauer, OpenAIRE / Uni. Goettingen, Germany

Emily Ford: *"Introduction: The definition of open science needs to be clearly stated in the Introduction in order to strengthen the frame of the whole paper. Is the definition you are using of open science fully accepted and not contested? If so, then great, but if not, then it becomes murkier and you might want to spend time unpacking the tension there. Also in the last sentence of the Intro, what is that ethos of open science?"*

Tony Ross-Hellauer: I'd like to thank the reviewer for their very thoughtful and helpful comments. The inclusion of more consideration of the SSH perspective, especially, definitely strengthens the paper.

EF: *"Introduction: Background - Would it be useful to unpack some counter arguments on the reasons peer review in its current state of blinded does not work? For example, in the delay and expense portion, how does flipping the model to use APCs change the cost at all? And what happens to unfunded research when the model is flipped? Does that create a disparity that only well funded research is readily available? This might create yet another stratification of scholarly publishing and science communication, which one would assume open science is trying to diminish. I realize that you do some of this in the discussion section, but I find there is a gap in the discussion of the economic argument."*

TRH: Open Participation relies to an extent on OA (have added a sentence on this), but I'm afraid I don't see a further connection here. Although OPR is of course related to OA journals (in that they have tended to be more likely to experiment with OPR), surely if the same system of (traditional, blinded) peer review is in use, the basic costs (for review) will be the same? I agree that a fully-APC based OA model of publishing has the potential to exclude less well-resourced institutions (especially outside the developed West), but do not follow how this wider argument is connected to OPR. In any case, I believe these considerations fall out of scope of this review (although it would be interesting to follow them up elsewhere).

EF: *"Introduction: Contested Meaning - I appreciate your thoughtful criticisms of past works that have been unable to do what you are doing in this article. Being the author of one of them, however, I would like to make some points. - would like to point out that while I understand the lack of a definition in my authored article (Defining & Characterizing Open Peer Review - 2013) is problematic, it was never my intent to fully describe it, but I had to use a scope for my systematic review, and that scope was identity disclosure. Please note that in my concluding remarks on that paper that I recommended a definition be more tightly defined, and it never claimed to define it wholesale. - Your research does a good job picking up the task that other papers were unable to accomplish."*

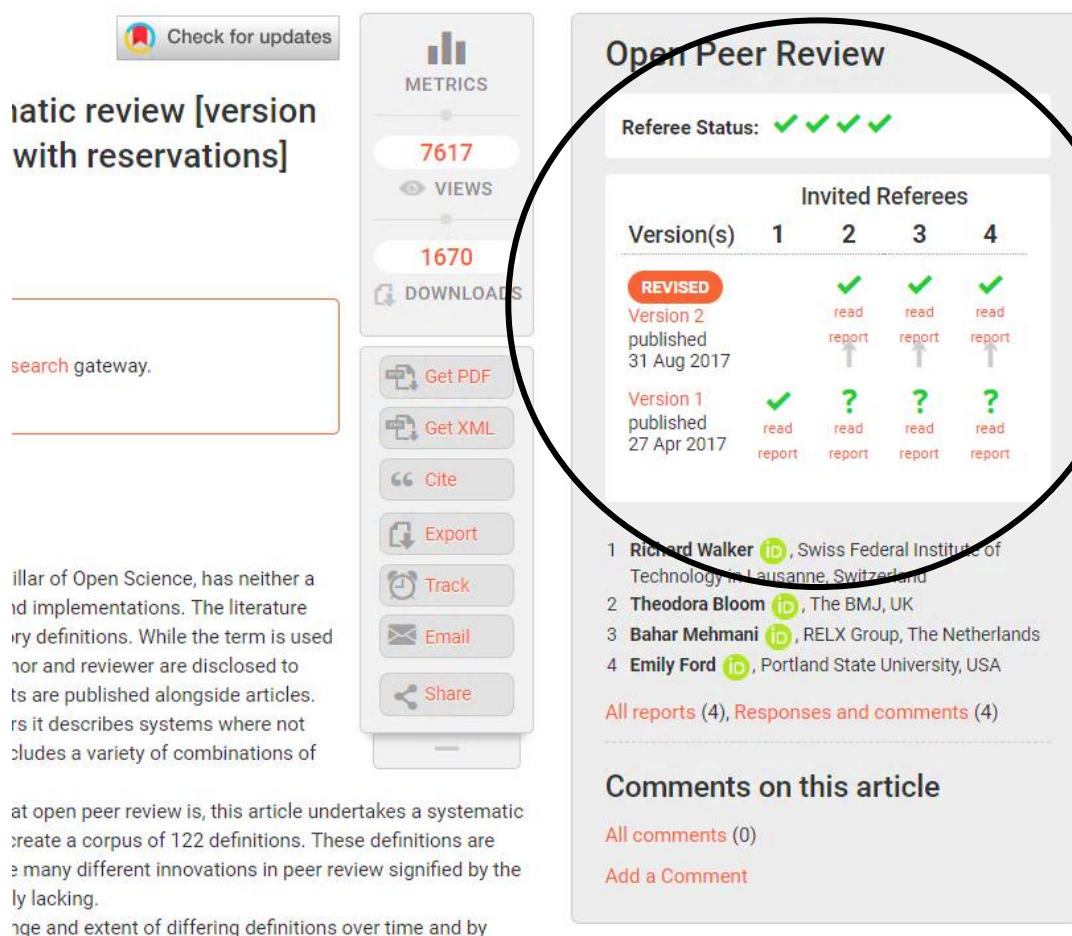
TRH: Thanks for clarifying this.

EF: *"Methodology - I would like to hear more in your methodology section about the searching for and selection of social sciences and humanities literature, as I think there might be some gaps in your data set based on this approach. You provide your search terms for Web of Science, but not the other databases and search engines. Including this would strengthen your methodology section. To me, the treatment of social sciences and humanities in this study is one of its weaknesses. Please outline the limitations of your research method. The methods section should be strengthened for better understanding of social sciences and humanities approaches, as well as limitations, for the paper to be more scientifically sound."*

Fonte: Ross-Hellauer (2017)

Legenda: EF: Avaliadora - TRH: Avaliado

Figura 10 – Resumo do relatório



Fonte: Ross-Hellauer (2017)

A imagem acima representa o posicionamento dos árbitros de maneira sucinta, por meio dos seguintes elementos: a) *status* de avaliação; b) versões submetidas do mesmo trabalho – o que indica, às vezes, que foi analisado, sinalizadas pelo ponto de interrogação (?) quando aceito com moderações e o sinal de verificação (✓) indica a aceitação plena do manuscrito; c) quantidade de árbitros convocados. O resumo apresentado na **Figura 10** denota que o manuscrito foi submetido em 27 de abril de 2017 e, em seguida, encaminhado aos avaliadores. No que diz respeito à síntese do processo de avaliação, nota-se que três, dos quatro revisores, solicitam modificações no manuscrito, que é submetido novamente a uma reavaliação e publicado oficialmente no dia 31 de outubro de 2017.

Em se tratando da validade dos relatórios, Ross-Hellauer, Deppe e Schmidt (2017) menciona que, na revisão cega, depois que a obra é publicada, as revisões perdem o valor e soma espaço no arquivo intermediário do editor. Na OPR, o autor sumariza os benefícios da divulgação dos relatórios de avaliação, a saber: a) a disponibilização dos relatórios viabiliza a

aceitação das críticas pelos autores e pelos leitores, colocando-as ao escrutínio da comunidade científica; b) fomenta o reconhecimento dos árbitros pelo trabalho realizado; c) os relatórios desempenham a função de guia, iniciando pesquisadores neófitos nas práticas de avaliação.

Shane Denson (2017), em um artigo intitulado ‘*Open peer review as multimodal scholarship*’, analisa os benefícios da OPR e ressalta que a publicação dos comentários emitidos pelos revisores, cujas identidades e competências são passíveis de verificação, desconstrói o processo de arbitragem, pois, ao invés de dar um veredicto, inicia-se pela interlocução entre os atores – escritor e árbitro – concorrendo à habilitação do manuscrito pelo diálogo.

c) Avaliação mediada pelo editor (*Editor-mediated review*)

Procedimento comumente utilizado em todos os procedimentos de arbitragem (*blind/open*), em que as ações promovidas pelo editor contribuem para o seguimento da avaliação, incluindo a pré-seleção de artigos e/ou tomadas de decisões (aceite/ recusa), fundadas nas interpelações dos árbitros (FORD, 2013). Tony Ross-Hellauer (2017), em crítica ao estudo proposto pela autora supramencionada, alega que o esquema que ela propôs é contraditório quando acresce ao modelo aberto traços oriundos da *blind review*, como a revisão mediada.

d) Avaliação transparente (*Transparent review*)/ Interação aberta

Diz respeito à divulgação das fases do processo de avaliação aberta à comunidade. Ao descrever as características da OPR, Emily Ford (2013) enfatiza que, no modelo de avaliação transparente, o público tem acesso às identidades dos autores e dos árbitros, aos relatórios de avaliação emitidos por cada revisor e às respostas dos autores aos comentários dos árbitros através da publicação do artigo. Novamente, Ross-Hellauer (2017) a denomina de interação aberta, porque envolve a abertura das etapas da revisão por pares, o que encoraja a comunicação mútua entre revisores e autores e revisores e revisores (revisão interpares) como um meio de aprimorar um manuscrito ao invés de rejeitá-lo.

e) Avaliação ampliada por grupo de juízes (*Crowdsourced review*) / Participação aberta:

Modelo de revisão colaborativa, em que os membros da comunidade cooperam enviando críticas relacionadas aos aspectos do manuscrito. A literatura internacional menciona outras nomenclaturas, a saber: ciência cidadã, sabedoria das multidões, inteligência coletiva e pesquisa participativa baseada na comunidade (BRABHAM, 2012; ESTELLÉS-

AROLAS; GOZALES-LADRÓN-DE-GUEVARA, 2012; KHARE *et al.*, 2016), que identificam esse processo de análise. No entanto, ao contrário do sistema de revisão tradicional, em que o editor seleciona criteriosamente os revisores conforme a área de cobertura do artigo, Ford (2013) ressalta que, nesse modelo, há pouca mediação editorial e não há limite para o número de críticas e de comentários direcionados a um só manuscrito, ao invés disso, os autores podem submeter seus trabalhos a um repositório temático ou enviar a uma comunidade científica distinta. Ross-Hellauer (2017) caracteriza e ressalta o *crowdsourced review* como um complemento do procedimento de avaliação formalmente demandada, o que possibilita aos membros de uma comunidade interna e externa participarem da avaliação submetendo críticas bem elaboradas ou comentários básicos. A **Figura 11** ilustra o procedimento de avaliação ampliada por grupo de juízes.

Figura 11 – Alusão ao *crowdsourced review*



Fonte: Hill (2015)

No tocante à avaliação por pares, parte-se do pressuposto de que os árbitros são uma referência em seus campos de estudo, capazes de opinar e contribuir visando ao aperfeiçoamento do manuscrito. Não obstante, a presença da comunidade é um quesito polêmico, em se tratando da participação de leigos – categorizados sistematicamente em duas classes: a dos cientistas, cujos temas de interesse não têm relação com o conteúdo do manuscrito avaliado, e a dos indivíduos sem formação acadêmica – para o escrutínio de dados científicos. Acerca disso, Brabham (2012) sustenta a hipótese de que ninguém detém a sabedoria, contudo o conhecimento reside na humanidade e, por meio de tecnologias

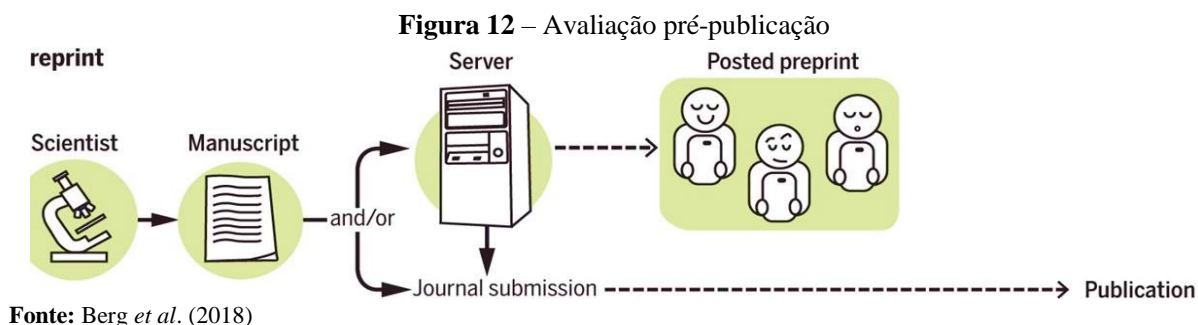
ostensivas de informação e comunicação, esse conhecimento tende a ser avaliado e socializado em larga escala.

O objetivo macro da avaliação participativa é de solucionar comportamentos hostis (vieses, supressão de trabalhos, elitismo, conflitos pessoais) alusivos às revisões e/ou à seleção de revisores, auferindo credibilidade aos dados de pesquisa à luz de múltiplos olhares (BORNMANN *et al.*, 2012; PÖLSCH, 2012). Ao revisitar a literatura internacional, notou-se que há disparidade de opiniões a respeito do modelo de avaliação colaborativa, o qual redundava em vantagens e desvantagens.

Em se tratando dos pontos positivos, convocaram-se teóricos como Wazny (2017), que fez uma revisão sistemática da literatura acerca do *crowdsourcing*, a fim de padronizar um conceito que representasse o molde avaliativo em questão. Ele resumiu assim as vantagens: a) proporciona a precisão das atribuições automatizadas por computador; b) reduz custos; c) amplia o núcleo de pesquisa; d) sobrepuja limites ideológicos e geográficos; e) produz novas descobertas; f) amplia a velocidade da progressão e da divulgação da pesquisa. Ainda sobre os benefícios, Ross-Hellauer (2017) menciona que, nessa iniciativa, quase não há mediação pelo editor, e isso expande o corpo de avaliadores para além dos identificados pelo editor, incluindo os eventualmente interessados; aumenta o número de revisores para cada original e influi na precisão da revisão por pares. Contudo, alicerçado nos estudos de Ware (2011), Ross-Hellauer (2017) tece críticas à participação aberta, que põe em dúvida a qualificação dos comentaristas e como motivá-los a participar do processo.

f) Avaliação pré-publicação (*Pre-publication review*) / Manuscritos pré-revisados

Esse é um modelo de análise que antecede o procedimento formal de avaliação e publicação do manuscrito por intermédio de plataformas de acesso livre, como, por exemplo, os servidores ou repositórios temáticos de pré-impressão (*preprints*). O procedimento de análise pré-publicação (**Figura 12**) ocorre quando o autor envia, *a priori*, um manuscrito, denominado de *preprints* – um texto sobre pesquisas avançadas ou em andamento (SPINAK, 2016) – a um repositório temático solicitando recomendações, emitidas abertamente (por especialistas e leitores). Depois do escrutínio, o manuscrito é remetido à análise oficial em um periódico científico, cujas críticas pré-estabelecidas são acatadas com a decisão do editor.



Walker e Silva (2015) abordam as tendências emergentes da revisão por pares na esfera global e afirmam que os servidores de pré-impressão se tornaram um relevante canal de comunicação científica devido à dinamicidade e à rapidez com que as informações são analisadas e publicadas, ao contrário dos periódicos, que demoram, em média, seis a 12 meses para publicar um *paper*. Os teóricos citam como destaque o repositório *arXiv.com*, idealizado pelo físico norte-americano, Paul Ginsparg, em Los Alamos, em 1991, inicialmente projetado para receber rascunhos das áreas de Física, Astrofísica e energias elétricas, que precediam a publicação da versão final do artigo. Com o êxito e a aceitação da proposta iniciada em *Los Alamos*, os demais ramos do conhecimento passaram a adotar o mesmo formato de revisão e disseminação de resultados de pesquisa, apresentados abaixo.

Quadro 6 – Servidores de pré-impressão

Servidores	Acesso (URL)	Área de cobertura
<i>ASAPhio</i>	http://asapbio.org/	Biologia
<i>engrXiv</i>	http://blog.engrxiv.org/	Engenharias: Aeroespacial, Química, Elétrica, Computacional, Mecânica, Civil e Ambiental, de Materiais, Nuclear, de Produção e Renováveis.
<i>bioRxiv.or</i>	http://biorxiv.org/	Biologia, Bioquímica, Bioinformática, Biofísica, Biologia do Câncer, Biologia Celular, Ecologia, Epidemiologia, Genética, Genômica, Imunologia, Microbiologia, Biologia Celular, Neurociência, Paleontologia e Zoologia.
<i>Figshare</i>	http://figshare.com/	Ciências Agrárias e Veterinária, Ciências Espaciais, Ciências Biológicas, Química, Física, Turismo, Ciências Ambientais, Engenharias, Ciências da Saúde, Ciências Humanas, Ciência da Computação, Ciência da Informação, Linguagem e Comunicação e Psicologia.
<i>ChemRxiv</i>	http://pubs.acs.org/meetingpreprints	Química em geral
<i>F1000Research preprints</i>	http://f1000research.com/	Ciências da Vida e Medicina.
<i>OSFPREPRINT</i>	http://osf.io/preprints/	Arquitetura, Engenharias, Ciências da Vida, Ciências Sociais e Comportamental, Matemática, Física, Artes, Humanidades,

		Direito, Medicina, Ciências da Saúde.
<i>Peer J Preprints</i>	http://peerj.com/archives-preprints/	Ciências da Vida e Meio ambiente.
<i>PsyArXiv</i>	http://osf.io/view/psyarxiv/	Metaciência, Metacognição, Psiquiatria, Neurociência, Ciências Sociais e Comportamentais, Ciências da Vida.
<i>SocArXiv</i>	http://osf.io/view/socarxiv/	Educação, Artes e Humanidades, Direito, Ciências Sociais e Comportamental.
<i>SSRN</i>	http://www.ssrn.com/en/	Ciências Aplicadas, Ciências da Vida, Ciências da Saúde, Ciências Físicas, Humanidades e Ciências Sociais.
<i>Peer J.</i>	https://peerj.com	Ciências Biológicas, Médicas e da Saúde

Fonte: Spinak (2016)

No que tange às desvantagens, Spinak (2016), em *paper* intitulado ‘O que é esse tema de *preprints*’, informa que os riscos e as desvantagens são mínimos e cita como exemplo uma alta parcela de autores que temem compartilhar versões de suas pesquisas em repositórios temáticos por receio de apropriação intelectual, considerando que a revisão prévia ocorre em espaço público, e isso possibilita o compartilhamento de tais resultados antes da avaliação formal. Afirma, ainda, que a supremacia das pré-publicações reduz os riscos, de modo que elas fornecem datas específicas (submissão e revisão) reafirmando os direitos autorais.

A fim de mapear os benefícios da avaliação pré-publicação, rememoraram-se os estudos internacionais e nacionais, cujos teóricos elencam essas vantagens em ampla perspectiva, que se desdobra para os autores, a publicação e os leitores. Segundo Pöschl (2012), esse modelo de análise prévia melhora a qualidade das submissões e possibilita a identificação de *deficits* e sugestão de novas pesquisas. Por sua vez, Spinak (2016) elenca as vantagens direcionadas aos autores e aos leitores e refere que a avaliação prévia: a) oferece acesso repentino à publicação do manuscrito; b) adianta o ritmo do fluxo de comunicação científica; c) obtém um quantitativo superior de comentários, em comparação com o processo tradicional; d) divulga pesquisas em andamento, como monografias, dissertações e teses; e) informa a data em que a pesquisa será publicada.

Eisen e Voshall (2016) levam em consideração que o padrão mediado por servidores de *preprints* é um caminho vertiginoso para a disseminação de dados de pesquisa e proporciona acesso a conteúdos de boa qualidade. Conforme Vinícius Kern (2017), a avaliação pré-publicação viabiliza e antecede a divulgação, em grande proporção, dos avanços científicos e tecnológicos, ao oposto do procedimento usual de avaliação e comunicação. Por fim, na concepção de Tony Ross-Hellauer (2017), a pré-análise está intimamente relacionada à revisão por um grupo ampliado de juízes, devido à ampla visibilidade do processo de

revisão, que possibilita a participação aberta da comunidade interna e da externa (acadêmicos e leigos). De acordo com o autor, a supremacia do procedimento permite que os leitores acompanhem o fluxo de avaliação em tempo real, pois, à medida que os comentários são enviados, são divulgados em seguida.

g) Avaliação síncrona (*Synchronous reviews*)

É um método de análise realizado simultaneamente à publicação oficial do manuscrito. Acerca da revisão síncrona, Ford (2013) aponta que só é abordada na teoria como um procedimento complementar ao modo de publicação formal. Por outro lado, Ross-Hellauer (2017) afirma que o modelo característico proposto por Ford, em 2013, tornou-se confuso ao inserir um elemento puramente teórico, para o qual não é considerado elemento base da OPR.

h) Avaliação pós-publicação (*post-publication*) / Comentários abertos pós-publicados

Ocorre depois da publicação formal do manuscrito e assemelha-se às publicações em *blogs* ou plataformas de pesquisas abertas. O contexto editorial adapta-se cotidianamente à nova conjuntura conduzida pela virtualidade, em que a inserção de redes sociais e plataformas de *open research* desvelam um novo modo de produzir e de viabilizar a Ciência. Acerca disso, Ross-Hellauer (2017) reflete sobre a gama de iniciativas propiciadas pelo advento da internet, direcionada aos membros de uma comunidade que, comumente, assumem múltiplas faces – os editores, os autores e os avaliadores – que lhes possibilitam contribuir para o avanço científico e tecnológico por meio de críticas, apreciações e opiniões, conforme sua leitura de mundo e perspectivas em particular sobre trabalhos científicos. O autor menciona que os periódicos e as editoras passaram a dar importância ao pensamento dos leitores/usuários, disponibilizando uma série de canais de interlocução como veículos de aprimoração – *blogs*, portais na *web*, plataformas de pesquisas abertas e servidores de *preprints* – do conhecimento ora produzido e pós-publicado.

Acerca das publicações avaliadas, Pöschl (2012), Ross-Hellauer (2017), Walker e Silva (2015) afirmam que, embora o manuscrito esteja em sua versão final, sua credibilidade continuará desde que o tema e a abordagem repercutam por meio de discussões e de comentários. Destarte, consideram a versão publicada dos originais como elemento dinâmico de um fluxo contínuo de avaliação. Desse modo, a comunidade é autônoma, em se tratando de avaliar uma versão do manuscrito já publicada formalmente.

Walker e Silva (2015) categorizam a avaliação por pares pós-publicação em duas vertentes: a revisão pós-publicação no canal (modelo extinto, gerenciado pelo mesmo canal da publicação) e a pós-publicação fora do canal de publicação (serviço oferecido por canais externos, que proporciona revisões geralmente divulgadas em outros canais, como, por exemplo, *blogs* ou servidores de *preprints*). No **Quadro 7**, apresentam-se os *blogs*/plataformas que possibilitam o envio de críticas e opiniões sobre artigos publicados em canais de comunicação formal.

Quadro 7 – Plataformas de pós-publicação

Plataformas/ <i>blogs</i>	Acesso (URL)	Área de cobertura
<i>F1000Research blog</i>	https://blog.f1000.com/blogs/f1000research/	Ciências Biológicas e Medicina
<i>Living reviews</i>	https://www.springer.com/in/livingreviews	Física Solar e Astrofísica
<i>Pubpeer</i>	https://pubpeer.com/	Medicina
<i>Retraction Reviews</i>	http://retractionwatch.com/	Ciências da Saúde e Ciências Biológicas

Fonte: Spinak (2016)

No que diz respeito às desvantagens do modelo pós-publicação, Pöschl (2012) sumariza as seguintes desvantagens: a) os revisores não podem emitir pareceres ao manuscrito em razão dos autores e/ou editores entenderem como comentários destrutivos, em caso de críticas; b) os revisores, em alguns casos, têm menos incentivo financeiro e reconhecimento para investir em comentários adicionais; c) os comentários pós-publicação não ampliam o nível de informação científica, pois, se o comentário dos árbitros não pode ser reutilizado, os leitores deverão analisar todos os comentários e extrair informações relevantes; d) é possível que um manuscrito seja confiscado; e) críticas infundadas por acadêmicos que optem por não se identificar.

A avaliação pós-publicação oferece estas vantagens aos autores e aos comentaristas: a) possibilita a participação ilimitada de comentaristas de uma comunidade, o que resulta em reconhecimento à pesquisa e ao pesquisador; b) dissemina novas ideias em curto tempo; c) possibilita o desenvolvimento de novos objetos de estudo; d) intervém no controle de periódicos e empresas privadas que prestam serviços de avaliação e cobram valores consideráveis para publicar e ter acesso ao conhecimento científico (ENAGO ACADEMY, 2013).

i) Plataformas abertas (*Open platforms/ decoupled review*)

São serviços de avaliação mediados por plataformas digitais ou *softwares* desvinculados dos periódicos, com o objetivo de agilizar a publicação do manuscrito. Hames

(2014) relata que, no final de 2011, houve um desencadeamento de iniciativas de prestação de serviços de avaliação e publicação científica, cujos modelos de divulgação e de análise diferem dos habituais, utilizados em periódicos científicos, visando otimizar e simplificar o processo avaliativo e desacoplá-lo da realidade editorial tradicional usando plataformas virtuais e *softwares* abertos. Em se tratando do processo de avaliação mediado pelas tecnologias abertas, Ross-Hellauer (2017) enuncia que cada iniciativa realiza uma chamada na própria plataforma convidando os autores a submeterem suas produções. Em seguida, são remetidos aos árbitros, componentes da comunidade de práticas, que conduzem a avaliação por pares e, no final da arbitragem, encaminham os relatórios de revisão assinados com comentários de melhorias no conteúdo e na forma do manuscrito. O **Quadro 8**, abaixo, apresenta as iniciativas de avaliação e de publicação aberta direcionada aos autores, seguida de suas respectivas descrições.

Quadro 8 – Plataformas e serviços de avaliação de manuscritos direcionado aos autores

Iniciativas	Descrição
<i>Peerage of Science</i>	Comunidades de práticas que oferecem serviços de avaliação por pares, em que o autor submete um manuscrito e estabelece os prazos para executar os quatro estágios de avaliação propostos (pré-revisão, revisão do julgamento emitido pelos árbitros, <i>upload</i> da revisão do manuscrito ou <i>download</i> para reenvio e avaliação final do documento revisado). O manuscrito pode ser julgado abertamente por pesquisadores associados ou não. No final da revisão, os autores podem optar por uma oferta de publicação ou transferir o histórico de revisão para o periódico de sua escolha.
<i>Peer J.</i>	Serviço gratuito de revisão e publicação científica, cujo repertório temático é voltado para as áreas de Ciências Biológicas, Médicas e Ambientais. Também utiliza o sistema de avaliação simples-cego (em que avaliadores conhecem os avaliados). No entanto, o modelo de comunicação desse periódico apoia-se na divulgação do histórico de avaliação, depois da publicação do artigo, com o aval dos autores e dos avaliadores.
<i>Rubric</i>	Sistema de avaliação por pares, idealizado pela <i>Research Square</i> , o qual se destina às subáreas da Medicina, das Ciências da Saúde, Ambientais, Biológicas, e da Vida, com avaliações independentes e compartilháveis que possibilitam que os artigos sejam recomendados e enviados a periódicos científicos depois da avaliação. Os revisores são altamente qualificados e atuam nos mais diversos eixos, como o ensino, a pesquisa e a editoração.
<i>F1000 Research Open for Science</i>	Plataforma de publicação de pesquisas abertas direcionada a pesquisadores das Ciências Biológicas e Médicas, em que os manuscritos submetidos são publicados em um intervalo de sete dias depois da análise de verificação dos padrões estruturais estabelecidos pela política editorial. As revisões ocorrem assim que o manuscrito é verificado, e recebem o <i>status</i> : em revisão, acompanhado dos nomes, de até quatro árbitros, e suas credenciais institucionais.
	Serviço de revisão remunerado (US \$ 250), cuja finalidade é de otimizar o conteúdo do manuscrito através de um sistema de revisão por pares rápido e eficiente, que reduz o tempo entre o envio e a publicação. O processo de revisão na plataforma <i>Axiös</i> ocorre da seguinte forma: a) Os autores

<i>Axios Review</i>	<p>submetem o manuscrito por meio da plataforma <i>Axios</i> e indicam quatro títulos de periódicos que desejam publicar seus trabalhos; b) Os manuscritos são remetidos aos árbitros, que emitem seus pareceres conforme o perfil das revistas demandadas; c) Depois da revisão, a equipe de gerenciamento da <i>Axios</i> entra em contato com os editores dos periódicos indicados, a fim de verificar a possibilidade de o manuscrito ser indicado para publicação; d) Caso a decisão dos editores seja positiva, contata os autores sobre a decisão do aceite.</p>
---------------------	---

Fonte: Adaptado de Hames (2014); Moylan (2015)

Considerando o fato de a avaliação por pares classificar-se como prática não remunerada, além de indeferir o reconhecimento dos árbitros, fomenta a procrastinação das revisões, o que resulta no congestionamento do fluxo de disseminação da Ciência. No entanto, visando solucionar tais dilemas, surgiu a iniciativa *Publons*, uma plataforma *online* idealizada com o intuito de registrar as contribuições de acadêmicos e de encorajá-los a divulgar suas experiências e contribuições como avaliadores (PUBLONS, 2014).

A plataforma é utilizada por meio da criação de um perfil como pesquisador e a inserção de suas experiências e contribuições, estejam elas em curso ou finalizadas, juntamente com o título do periódico referente a cada publicação (MENÉNDEZ-GONZALES, 2015; ROSS-HELLAUER, 2017). Em um texto publicado no *Blog Sciello* em perspectiva, em que realiza uma análise sistemática acerca da insatisfação dos revisores, Nassi-Calò (2015a) frisa que os textos de revisão não são divulgados pela plataforma até que o periódico autorize sua exposição nos formatos *blind* ou *open*.

Em se tratando dos benefícios do *Publons*, Menéndez-Gonzales (2015) e Nassi-Calò (2015a) contestam que a plataforma aufere reconhecimento aos pareceristas pelo trabalho executado, e à medida que os revisores registram suas avaliações, o sistema gera um ranque através das porcentagens referentes às atividades desempenhadas ao longo de suas carreiras em âmbito mundial.

Ao comparar a percepção dos editores e dos árbitros dos periódicos de CI no contexto brasileiro, Targino, Garcia e Silva (2018) alegam que, a partir dos eixos característicos, é possível delinear os benefícios e os desafios inerentes à avaliação aberta. Entretanto, visando mapear as vantagens e as problemáticas destiladas pela OPR, rememoraram-se pesquisas empreendidas por Amsen (2014); Boldt (2011); DeCoursey (2006); Ford (2013) e Pöschl (2012) que, em breves palavras, delimitam os prós e os contras do sistema aberto fundados em percalços oriundos do sistema de arbitragem tradicional, que comprometem a veracidade das produções acadêmicas e põem em dúvida a reputação dos árbitros assim como o prestígio dos periódicos.

Ao analisar a literatura inerente ao sistema de avaliação por pares aberta, Ford (2013) delimitou os prós e os contras do novo modelo de análise de manuscritos e concluiu que eles se estendem aos periódicos, aos autores, aos avaliadores e aos leitores. Por sua vez, Ware (2008) faz menção à fala da autora supracitada e cita os benefícios logrados aos elementos ativos e passivos da análise dos manuscritos. Segundo o autor, os escritores beneficiam-se da assistência oferecida pelos árbitros e do *status* conferido às produções mediante a atribuição de críticas e de sugestões, os avaliadores passam a ser reconhecidos pela realização das avaliações, os leitores usufruem de um produto final qualificado, fruto de interpelações entre o avaliador e o avaliado, e os periódicos são prestigiados pela divulgação de pesquisas conduzidas sob a égide da transparência. Assim, um alto número de manuscritos é demandado, bem como o amplo índice de citações. No **Quadro 9**, são recompilados da literatura os benefícios e os desafios intrínsecos à adoção da OPR.

Quadro 9 – Vantagens e desvantagens/desafios da implantação da OPR

Vantagens	Desvantagens/Desafios
Reduz o tempo entre a submissão e a publicação, em razão do uso de servidores de <i>preprints</i> e repositórios temáticos voltados para a disseminação de dados prévios de pesquisas em andamento.	Acúmulo de inimigos.
Possibilita identificar a má conduta dos árbitros.	Compreensão da OPR pelos autores, pelos avaliadores, pelos editores e pela comunidade.
Amplia a qualidade dos originais.	Perseguições e retaliações.
Manuscritos avaliados abertamente demonstram índices de citação elevados em suas respectivas áreas.	Quebra de cultura dos modelos tradicionais.
Responsabiliza os árbitros pelo comportamento, pela qualidade e pelo conteúdo de seus comentários.	O mérito dos avaliadores pode ser questionado quando eles não dominarem o tema em questão.
Proporciona transparência ao processo, identificando comportamentos hostis entre autores, avaliadores e editores.	A OPR confronta as práticas de avaliação ora arraigadas.
A disponibilização de relatórios de avaliação possibilita que elas sejam revisadas pela comunidade e por outros avaliadores.	Apego à cultura <i>blind review</i> .
Relatórios de avaliação, quando assinados e disponibilizados, encorajam o aprendizado de avaliadores neófitos.	Existência e coordenação das várias versões de um mesmo original.
Assegura a consistência na tomada de decisões, do escrutínio à publicação de originais.	Indisponibilidade dos revisores em escrutinar manuscritos de autores renomados.
O diálogo entre autores, avaliadores e leitores desenvolve e fortalece as comunidades de práticas em avaliação por pares.	Comprometimento da qualidade de manuscritos em razão do bem-estar entre o avaliador e o avaliado.
Baixas taxas de rejeição.	-

Fonte: Amsen (2014); Boldt (2011); De Coursey (2006); Ford (2013); Pöschl (2012); Rowland e Moylan (2016)

Quanto aos benefícios e aos desafios supracitados, Ford (2013) sugere que a adoção de um consenso a respeito das características e das definições de avaliação aberta beneficiaria a todos os participantes do processo de avaliação, incluindo os leitores e a comunidade. Silva (2016) afirma que, por mais que as tecnologias intensivas de comunicação provenientes da OS permeiem o desenvolvimento e a difusão de um novo modelo de avaliação, esse procedimento faz menção às discussões entre os partícipes (avaliador, avaliado e comunidade) e aos meios de disseminação científica.

4 DESVELANDO OS DADOS DA PESQUISA

Para que a pesquisa cumpra com uma das premissas fundamentais de uma ciência sã e robusta é necessário que os resultados de uma comunicação científica sejam reprodutíveis, o que torna necessário e conveniente que os dados da pesquisa sejam objetos citáveis e acessíveis. (SPINAK, 2015).

Nesta seção, são externados os resultados da pesquisa através da análise, da interpretação e da ilustração dos dados resultantes das respostas ao questionário remetido via *e-mail* aos editores dos periódicos da UFPB, um instrumento cuja finalidade se enquadra à essência do *survey*. Por conseguinte, em paridade com os objetivos, o instrumento foi dividido em duas seções. *A priori*, desejava-se estruturar o perfil dos respondentes e, *a posteriori*, identificar suas perspectivas, em se tratando do reconhecimento e da adoção da OPR, como futuro dispositivo de análise dos originais.

4.1 CARTOGRAFANDO O PERFIL DOS EDITORES

O portal de periódicos da UFPB hospeda, atualmente, 75 revistas gerenciadas por professores associados à instituição, a saber: Informação e Sociedade: Estudos, *Moringa* – Artes do espetáculo, *Aufklärung*: Revista de Filosofia, Culturas Midiáticas, *Gaia Scientia*, *Journal of Urban and Environmental Engineering*, Perspectivas em Gestão e Conhecimento, Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia, *Prim@ Facie* – Direito, História e Política, *Problemata* – Revista Internacional de Filosofia, Prolíngua, Revista Ártemis, Revista Espaço do Currículo, Revista *Graphos*, Revista Lugares de Educação, Revista de Ciências Sociais – Política e Trabalho, *Religare*, *Saeculum* – Revista de História, *Acta Semiótica et Lingvística*, DLCV – Língua, Linguística e Literatura, *OKARA*: Geografia em Debate, Revista da ABET, Revista Gênero e Direito, Revista Temas em Educação, Teoria e Prática em Administração, *Archeion Online*, *Biblionline*, Cadernos Imbondeiro, Revista Brasileira de Ciências da Saúde, Revista Economia e Desenvolvimento, Revista Evidenciação Contábil e Finanças, Revista Nordestina de Biologia, Autogestão: Economia dos Trabalhadores e Educação Popular, Cadernos do LOGEPA, Claves, Cultura e Tradução, Diversidade Religiosa, Agropecuária Técnica, Esfera Pública, Imaginário, Informação e Tecnologia, Letra Viva, Métodos e Pesquisa em Administração, Revista Logos e Existência, Cultura Oriental,

Comunicação Audiovisual, Revista Brasileira de Políticas Públicas Internacionais, Revista de Educação e Conhecimento em Administração, Revista de Iniciação Científica em Odontologia, *Humanare* – Perspectivas e Desafios para Humanização do Direito, Revista Eletrônica Extensão Cidadã, Revista Paraibana de História, Gestão e Aprendizagem, Revista Pesquisa em Ciências Médicas, Revista Sublimação, Temática, Teoria Política e Social, *Turis Nostrum*, *Verba Juris* – Anuário da Pós-Graduação em Direito, Âncora: Revista Latino-americana de Jornalismo, Letras e Ideias, Revista Estudos Geoambientais, Revista *Educare*, Revista Medicina e Pesquisa, Cognição e Ensino, Revista Discurso e Imagem Visual em Educação, *Áltera* – Revista de Antropologia, Revista Desqualificada, Revista de Extensão da UFPB: Universidade Cidadã, Comunicações em Informática, *Scandia: Journal of Medieval Norse Studies*, *The Brazilian Trombone Journal*, Revista *PetrART*.

No fim do levantamento, percebeu-se que existem revistas em condições inaptas para adotar a OPR, considerando que a proposta prevista nesse estudo consistia em verificar a disponibilidade dos editores em adotar como modelo de arbitragem a avaliação por pares aberta. Como citado, foram estabelecidos dois critérios para selecionar os títulos que comporiam o universo: a) os títulos classificados de A1-B5, consoante a avaliação vigente da CAPES; e b) os periódicos com fluxos de submissão e publicação regulares. Depois da triagem, restaram 46 títulos, que compuseram a amostra deste estudo.

Como mencionado, a coleta de dados ocorreu ao longo de 30 dias, nos meses de fevereiro e março do ano de 2018, direcionada aos editores dos periódicos cujo fluxo de produção editorial estivesse em concordância com os critérios estabelecidos. No final das interpelações, a amostra coligiu 14 réplicas, o que corresponde a 31,11%, como referido e proposto por Marconi e Lakatos (2015).

Em relação aos sujeitos da pesquisa, no que se refere ao gênero, detectou-se que há equilíbrio entre ambos - sete (50%) homens e sete (50%) mulheres - que também exercem o ofício de editores/editoras nos periódicos vinculados aos programas de pesquisa, ensino e extensão da UFPB.

Os resultados ostentados fazem referência às asserções de Silva e Ribeiro (2011), em pesquisa divulgada na *Labrys: Revistas de Estudos Feministas*, em que atestam que, no início do Século XX, a Ciência, em termos de cultura e de participação, era considerada como um sistema homogêneo, isto é, integrado exclusivamente por indivíduos do sexo masculino. As autoras trazem à memória o nome de mulheres que militaram e contribuíram para o progresso científico e tecnológico em escala mundial, como, por exemplo, Marie Curie, física polonesa

que se destacou ao conduzir a teoria da radioatividade e foi laureada ocasionalmente nas áreas de Física (1903) e de Química (1911). Em outro momento, as autoras citadas afirmam que os movimentos feministas fomentaram o progresso convincente das mulheres nas IES e nos núcleos de pesquisa, considerando que, desde sempre, era-lhes imposto como ofício o exercício do Magistério (SILVA; RIBEIRO, 2014). Já no contexto editorial, a simetria entre homens e mulheres se destacou a partir de 1973, em consequência da participação contínua de mulheres nas principais comissões editoriais em torno da *Modern Language Association of America* (MLAA) (MEADOWS, 1999).

Garcia e Targino (2017) prospectam a probabilidade de aquiescência da OPR nos periódicos da CI brasileira, tendo como grupo focal seus editores, cujo avanço etário concerne à maturidade intelectual como um requisito para o cumprimento das atividades editoriais. No Portal de Periódicos da UFPB, oito (57%) respondentes afirmaram estar acima de 49 anos, quatro (29%), com idades de 33 a 40 anos, e os de faixa etária de 25 a 32 anos e de 41 a 48 anos só obtiveram (uma = 7%) indicação cada. Esses dados estão representados na **Tabela 1**.

Tabela 1 – Faixa etária		
Faixa etária	Quantidade	%
Acima de 49 anos	8	57
33 a 40 anos	4	29
25 a 32 anos	1	7
41 a 48 anos	1	7
Total	14	100

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Assim, embora 57% dos editores estejam acima dos 49 anos, uma população intermediária de seis (43%) - que está entre 25 e 48 anos - complementa o repertório amostral, o que coincide com os resultados apresentados por Spinak (2018a) em uma pesquisa submetida ao *Blog Sciello em Perspectiva*, para quem o índice incisivo de aceitação da OPR dá-se entre jovens pesquisadores.

No questionário disponibilizado aos editores, eles podiam delinear seus traços acadêmicos em três níveis: a) formação terciária – Graduação; b) titulação recente/atual – Especialização, Mestrado ou Doutorado e c) afiliação institucional, núcleo em que desempenham suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. O **Quadro 10** expõe sucintamente as variáveis descritas pelos atores, posicionados em ordem alfanumérica, de acordo com os respectivos envios.

Quadro 10 – Traços acadêmicos dos editores

Código	Formação	Titulação	Afiliação
E1	Odontologia	Doutorado	Centro de Ciências da Saúde
E2	Jornalismo	Doutorado	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
E3	Ciências Sociais	Doutorado	Centro de Ciências Sociais Aplicadas
E4	Geografia	Doutorado	Centro de Ciências Exatas e da Natureza
E5	Artes Cênicas	Doutorado	Centro de Comunicação, Turismo e Artes
E6	Engenharia Florestal	Doutorado	Centro de Ciências Exatas e da Natureza
E7	Ciências Sociais	Doutorado	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
E8	Ciências Sociais	Doutorado	Centro de Ciências Sociais Aplicadas
E9	Biblioteconomia	Doutorado	Centro de Ciências Sociais Aplicadas
E10	Biblioteconomia	Doutorado	Centro de Ciências Sociais Aplicadas
E11	Biblioteconomia	Mestrado	Centro de Ciências Sociais Aplicadas
E12	Engenharia Civil	Doutorado	Centro de Tecnologia
E13	Biblioteconomia	Doutorado	Centro de Ciências Sociais Aplicadas
E14	Ciências Contábeis	Doutorado	Centro de Ciências Sociais Aplicadas

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

No que diz respeito à formação dos editores, o estudo mostrou que quatro (29%) são bacharéis em Biblioteconomia; três (22%), graduados em Ciências Sociais – um, com habilitação em Antropologia; e sete (49%), cujos cursos lograram apenas uma marcação: Artes Cênicas, Ciências Contábeis, as Engenharias Civil e Florestal, Geografia, Jornalismo e Odontologia.

Tabela 2 – Formação dos editores

Cursos de Graduação	Quantidade	%
Biblioteconomia	4	29
Ciências Sociais	3	22
Artes Cênicas	1	7
Ciências Contábeis	1	7
Engenharia Civil	1	7
Engenharia Florestal	1	7
Geografia	1	7
Jornalismo	1	7
Odontologia	1	7
Total	14	100

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Quanto aos dados apresentados sobre a formação dos depoentes, Silva e Cunha (2002) asseveram que a educação contribui para formar indivíduos habilitados a solucionar os desafios envolvidos na comunicação científica. Nesse sentido, ressalta-se o ensino da editoração, quiçá, da produção dos registros do conhecimento (PRO), componente elementar associado aos currículos dos Cursos de Biblioteconomia, com o intuito de capacitar profissionais para executarem os procedimentos editoriais voltados para o planejamento e a administração de periódicos científicos eletrônicos, além da produção e da disponibilização de documentos digitais via *web*.

Depois desse adendo, Santana e Francelin (2016) discutem sobre a relevância dos bibliotecários em equipes editoriais e suas competências para gerir os periódicos científicos. Contudo, embora as atribuições desse profissional ainda sejam vinculadas a questões objetivas dos manuscritos, os autores comentam que a amplitude de atribuições exercidas por bibliotecários em periódicos deu-se pela sua formação considerada como interdisciplinar e multifacetada, tendo em vista as modificações ocasionadas pela imersão das tecnologias digitais nesse contexto, que os possibilitaram a assumir funções complexas em comitês editoriais.

Em se tratando da titulação atual ou recém-obtida, 13 (93%) editores afirmaram ter alcançado o nível macro da jornada acadêmica - o Doutorado - e apenas um (7%) tem o título de mestre. Sete (50%) editores são vinculados ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA); dois (14%), ao Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN); e outros dois (14%) realizam suas práticas laborais no Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), enquanto os demais estão distribuídos, semelhantemente, em seus respectivos núcleos de ensino - um (7%), no Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA), um (7%), no Centro de Ciências da Saúde (CCS), e outro (7%), afiliado ao Centro de Tecnologia (CT).

No que diz respeito ao grau acadêmico dos editores, existe uma lacuna na literatura, ou melhor, escassez de referenciais para fundamentar os dados ora pronunciados. Embora não identificado nos resultados, mas a título de ilustração, Cavenaghi (2016), através de um editorial, intitulado 'O papel de editores de revistas de associações científicas', discorre sobre os desafios dos periódicos afiliados às associações científicas brasileiras, originados pelo *turnover*, ou rotatividades de pessoas, nesse enredo, direcionado aos editores, em conjunto com a equipe que o auxilia. A autora menciona que uma decisão fortuita pode suscitar danos à progressão científica do periódico e exemplifica sua assertiva com a indicação de editores não especialistas na área de cobertura da revista.

Por sua vez, quando indagados acerca do tempo em que atuam, uma alta parcela - sete (50%) editores – alegou que exerce o ofício há mais de dez anos; quatro (29%), entre cinco e dez anos; e três (21%) estão no ramo até cinco anos.

Tabela 3 – Tempo de atuação dos editores

Tempo de exercício	Quantidade	%
Mais de 10 anos	7	50
5 a 10 anos	4	29
Até 5 anos	3	21
Total	14	100

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Em relação aos dados supraditos, quando 79% dos editores – percentual formado pelas variáveis com maior número de indicações – declaram empreender, ao longo de suas carreiras, as práticas editoriais, nota-se uma proximidade com a literatura científica, em que Jack Meadows (1999) certifica, em primeira instância, que, em razão do *status quo*, os periódicos contam com a presença de editores renomados, que se destacam na área de cobertura da revista e continuam incorporando os conhecimentos obtidos ao longo de suas carreiras, especialmente na seleção dos avaliadores.

4.2 PEER REVIEW E SUAS MULTIFACETAS

Notou-se o quão arraigada encontra-se a cultura *blind review* no portal de periódicos da UFPB, já que um grupo representativo, composto de dez (72%) editores, usa a modalidade *double blind review* – caracterizada pela discrição das identidades de ambos os atores (avaliadores e autores) e, em três revistas (21%), operam de acordo com a *single blind review* – em que o avaliador conhece previamente os traços do autor; e apenas um (7%) já avalia abertamente (**Tabela 4**).

Dentre os modelos de arbitragem expressos na literatura, pressupõe-se que agem como crivo dos manuscritos, cuja essência textual e conceitual não pode vir a público, sob o olhar dos especialistas. Os padrões, atualmente empregados pelos periódicos hospedados no portal, condizem com as modalidades de avaliação elaboradas por Melero e Lopez-Santoveña (2001) e Pavan e Stumpf (2009), que sumarizaram três alternativas: *single blind review*; *double blind review* e OPR.

Tabela 4 – Modalidades de avaliação por pares utilizadas no Portal da UFPB

Modalidade	Quantidade	%
Avaliação duplo-cego	10	72
Avaliação único-cego	3	21
Avaliação aberta	1	7
Total	14	100

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Nota-se que há prevalência das modalidades cujo aspecto enaltece a *blind review*, ou seja, 93% dos periódicos. Por ora, os dados apresentados unem-se à afirmação de Silva (2016) de que a *blind review*, denominada de revisão tradicional ou clássica, figura, na perspectiva de seus seguidores, como braço de equilíbrio da comunicação científica, um método também adotado pelas agências de fomento à pesquisa e pelos comitês de seleção em consequência dos benefícios em comum. Portanto, no que condiz ao sistema de arbitragem, Melero e Lopez-Santoveña (2001) ressaltam que a política editorial determina a categoria de revisão por pares, contudo, ainda que haja discordâncias por parte dos árbitros, essas atitudes não devem sobrepor o escopo da revista.

Em complemento à fala dos autores, Pavan e Stumpf (2009) pronunciam-se a respeito dos fatores que incutem a decisão do modelo de avaliação por pares em periódicos científicos. Conforme as autoras, o pivô está imbricado nos moldes aplicados à comunicação dos resultados de pesquisa, estimando o perfil das áreas do conhecimento assim como as vantagens ofertadas aos pesquisadores que a compõem. Em contrapartida, apenas um periódico menciona a adoção da OPR, o que indica que houve uma ruptura paradigmática no sistema de avaliação. DeCousey (2006) considera que a transição do modelo de arbitragem deve promover a melhora da qualidade das avaliações, o que resultará em benefícios para o todo. Por assim dizer, embora a avaliação aberta apresente tais prerrogativas, ainda é um movimento incipiente, o que gera incompreensão por parte dos envolvidos. Por causa disso, Callaway (2016) contextualiza a prática da OPR e lança mão da metáfora em que compara o sistema de arbitragem com uma piscina gelada, onde os editores tocam os dedos, mas ainda se recusam a submergir.

4.3 EIXOS CARACTERÍSTICOS DA *OPEN PEER REVIEW*

Em referência aos traços da OPR, recorre-se aos estudos desenvolvidos por Ford (2013, 2015); Ross-Hellauer, Deppe e Schmidt (2017) que, devido ao panorama de

indefinições, propõem que se devem delinear as características/definições alusivas à OPR, o que a diferencia das modalidades associadas à *blind review*. Destarte, com base nesses pressupostos, a intenção foi de identificar as alternativas que os respondentes considerassem pertinentes à sua realidade laboral. Assim, foi facultado aos editores acentuarem mais de uma opção.

Tabela 5 – Características da OPR	
Características da OPR	Quantidade
Avaliação mediada pelo editor	6
Avaliação assinada	5
Avaliação tornada pública	4
Avaliação transparente	3
Avaliação por grupo ampliado de juízes	2
Avaliação pré-publicação	1
Avaliação síncrona	1
Avaliação pós-publicação	1
Total	23

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

A **Tabela 5** mostra os oito eixos idiossincráticos da OPR, distribuídos hierarquicamente segundo o número de menções. Em razão disso, nota-se que há dessimetria em relação aos cinco primeiros traços mais recorrentes, a saber: avaliação mediada pelo editor, que soma seis indicações; avaliação assinada, com apenas cinco; avaliação tornada pública, com quatro menções; avaliação transparente, com três, e avaliação por grupo ampliado de juízes, com duas demarcações, assinalados por Emily Ford (2013) como influentes na abertura da avaliação por pares.

A onipresença da proeminência refletida sobre a avaliação mediada pelo editor se justifica pela tendência em ambos os procedimentos (*blind* ou *open*), o que introduz o editor como contribuinte do processo de avaliação. No entanto, considera-se o posicionamento de Ross-Hellauer (2017) de que a avaliação aberta mediada pelo editor é usada nos moldes tradicionais. Os itens incidentes – avaliação assinada, avaliação tornada pública, avaliação transparente e avaliação síncrona – que somam 14 indicações, assemelham-se entre si, o que afirma o interesse dos respondentes pela abertura e pela divulgação das fases do processo de avaliação por pares, segundo Ford (2013). Também foram citadas características indicadas por um editor, cada uma somando três indícios que se referem às inovações na avaliação por

pares, com ênfase na submissão de manuscritos em servidores ou repositórios temáticos de *preprints*.

4.4 OPEN PEER REVIEW: BEM ME QUER, MAL ME QUER

Em consonância com o objetivo geral, que consistiu em verificar a disposição dos editores em trabalhar com a OPR - o quesito possibilitava que os editores assinalassem apenas uma das alternativas - sim ou não. Em seguida, foram convidados a esclarecer suas decisões por meio da justificativa. Por conseguinte, uma classe composta de sete (50%) respondentes demonstrou interesse em experimentar outro mecanismo de avaliação por pares. Nesse percentual, encontra-se o que afirmou adotar a OPR, enquanto um rol inferior, constituído de seis (43%) depoentes, mostrou-se irredutível, considerando a *blind review* ainda a melhor alternativa. Um dos depoentes (7%) afirmou que estava sobrecarregado pelas “atividades na pesquisa, no ensino e na extensão, além da pós-graduação” (E2).

Tabela 6 – Disponibilidade de adoção da OPR			
Resposta	Categorias	Quantidade	%
Sim	Não justificaram	5	36
	Reação dos avaliadores	3	21
	Transparência	1	7
Não	Preferência pela <i>blind review</i>	4	29
Total		13	100

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Em se tratando dos favoráveis à OPR, três (21%) dos 14 depoentes se resguardam dos comentários sobre o perfilhamento de um novo modelo analítico, no entanto, firmam apoio à sua adoção. Todavia, outros três (21%), como editores, aceitam a proposta, mas ainda consideram a avaliação por pares um processo conjunto e julgam a decisão dos autores e dos avaliadores como um fator decisivo para implementar a avaliação aberta. Como exemplo, tem-se o depoimento do E9, que desconhece o comportamento dos árbitros e afirma: “Há disponibilidade enquanto editor. Entretanto, ainda não sabemos qual a reação dos avaliadores”. Outrossim, embora demonstre apoio à OPR, o E13 supõe que sua anuência perpassa o aval dos protagonistas (avaliador e avaliado):

A minha proposta é positiva à disponibilidade em trabalhar com a OPR, no entanto, é algo que precisa de sensibilização por parte da comunidade acadêmica. É importante reconhecer que é algo que gira em torno de três protagonistas do processo editorial: editor, autor e avaliador. Pode o editor

assumir essa postura, mas depende do avaliador e do autor em querer se identificar (E13).

A fim de averiguar o posicionamento dos avaliadores, Targino, Garcia e Silva (2018) lançam mão de um *survey* constituído de 189 avaliadores, dos quais 137 (72,5%) aceitam avaliar abertamente. Esse percentual está acima dos índices divulgados em 2016 pela *Nature Communications*, que referiu que 60% dos revisores permitiram divulgar seus pareceres para o público (CALLAWAY, 2016; NASSI-CALÒ, 2017a). A soma dos que não justificaram com os que temem a reação dos avaliadores e os que acreditam na transparência atinge 64%, o que relativiza a situação do estado da Paraíba, em relação ao Brasil e ao exterior, cujos percentuais se assemelham.

A transparência refere-se à descrição e à divulgação dos estágios da avaliação por pares à comunidade em geral, proporcionando a construção de resultados efetivamente aptos a divulgar por meio do tratado entre autores e avaliadores ao longo da análise. Assim, a realidade em que o portal de periódicos se encontra, volta-se ao enaltecimento do sistema de arbitragem tradicional, o que, segundo Callaway (2016), Nassi-Calò (2017b) e Ross-Hellauer (2017), tem sido alvo de duras críticas devido à inconsistência dos relatórios apresentados pelos árbitros, o que compromete sua idoneidade. O E7 assevera que é preciso “mais transparência no processo”, a fim de contribuir para o desenvolvimento de um produto otimizado e solucionar as imperfeições no processo de avaliação (AMSEN, 2014; DECOURSEY, 2006).

Na perspectiva dos aspectos antagônicos ao perfilhamento da OPR, destaca-se apenas uma categoria, chamada de ‘preferência pela *blind review*,’ o que diz respeito ao apego intensivo à cultura de avaliação não publicizada, mencionado no depoimento do E3, que “acha mais adequado o *blind review* por evidenciar a liberdade de escrutínios sem a represália dos autores devido a rejeição”. Isso corrobora seu pensamento de que “a avaliação às cegas ainda é a mais livre de julgamentos subjetivos e pessoais e influência no parecer final”. Acerca disso, Nassi-Calò (2017a) relaciona a preferência pelo modelo tradicional aos benefícios conduzidos aos avaliadores e aos autores, cujo principal argumento é a eliminação de avaliações parciais que geram conflitos pessoais e encoraja a formulação de pareceres fundamentados em torno de uma pseudocientificidade.

4.5 FATORES CONTRIBUINTES PARA A *OPEN PEER REVIEW*

Em alusão aos objetivos específicos, investigaram-se as razões que contribuem para que os periódicos da UFPB admitam a avaliação por pares. O ensejo facultava aos editores a oportunidade de se pronunciarem a respeito dos aspectos que considerassem propícios, levando em consideração a proficuidade com que a OPR brinda os participantes e os coparticipantes do processo de análise. Entretanto, das 14 declarações, 10 (73%) representam não posicionamentos, e um (7%) indica a inutilidade da adoção de um novo modelo de arbitragem. Assim, em oposição aos referidos pronunciamentos, outros quatro (29%) lançaram mão de suas convicções, traduzidas pelas categorias explícitas na **Tabela 7**.

Tabela 7 – Contribuições para adoção da OPR		
Resposta	Quantidade	%
Não posicionamentos	10	73
Interlocução entre os atores	2	14
Disponibilização de diretrizes para avaliação	1	7
Inutilidade da avaliação aberta	1	7
Total	14	100

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

A interlocução entre os atores refere-se ao diálogo protagonizado por autores, avaliadores e editores, durante a arbitragem e depois dela, caracterizada pela socialização de saberes visando ao constructo científico e à divulgação dos resultados de pesquisa, cuja origem se dá por uma rede de comunicação acadêmica entre os pares (SCHMIDT *et al.*, 2018). No entanto, de acordo com Pievatolo (2012), a OPR manifesta-se por meio das redes interativas e poderá funcionar apenas dentro de uma comunidade, cujos membros reconheçam o valor da cooperação e da avaliação crítica e se mantenham dispostos a transformar a informação em conhecimento através do diálogo.

Unanimemente, as palavras ora narradas por Pöschl (2012) defendem a ideia de que a troca literalmente aberta de argumentos científicos, representados por meio de avaliações assinadas e autenticadas, deve ser fomentada, pois desperta o interesse da comunidade científica. Em menção à fala do autor, destaca-se o depoimento do E7, que diz: “Pode ser interessante a troca de informações entre autor e avaliador, eu poderia experimentar”. Todavia, há de se considerar que a interação entre árbitros e pesquisadores resulta em prerrogativas para o coletivo, que Targino, Garcia e Silva (2018) resumem em: otimização e confiabilidade nos resultados de pesquisa, além do aprendizado mútuo ao revisor e ao

avaliado. Hendricks e Lin (2017), respaldados por Wrigley (2016), asseveram que a interlocução traz à tona o fluxo avaliativo e torna-o visível e aberto à fiscalização: “Desde que haja concordância dos autores, o contato direto entre avaliador e autor poderia acelerar o processo e a avaliação, pois considero que um dos maiores entraves é a demora dos avaliadores em darem sua resposta” (E9).

A disponibilização de diretrizes para a avaliação aberta expressa-se através de um documento com o intuito de conscientizar e conduzir os árbitros às boas práticas de avaliação, na perspectiva de transformá-la em um procedimento íntegro e construtivo. No momento, o contexto científico brasileiro soma modalidades intrínsecas à cultura *blind* (único-cego e duplo-cego), consolidadas por proteger as identidades de autores e de árbitros da parcialidade e do julgamento popular. As diretrizes direcionadas ao preenchimento dos relatórios de análise são endereçadas aos árbitros. Meadows (1999) enuncia que, com o intuito de abalizar aspectos primordiais à verificação do manuscrito, os comentários devem ser fundados em três elementos basilares: a) originalidade, retificações e contribuições de pesquisa.

Instaurada pelos periódicos de Ciências Médicas e da Saúde dos países de primeiro mundo, a OPR ainda é um método incipiente no panorama brasileiro, embora seja admitida por editores e avaliadores da CI, segundo Targino, Garcia e Silva (2018), já citados. Assim, nota-se a falta de uma inaniidade metodológica que norteie os avaliadores ao uso da OPR. Na concepção do E13, “seria interessante que os periódicos e as editoras disponibilizassem políticas e procedimentos, normas e regras claras sobre como proceder a OPR”. Drubin (2017) recorre à elaboração de um decálogo direcionado aos avaliadores visando concretizar o propósito da avaliação aberta: 1) Só avalie um artigo, se puder fazê-lo imparcialmente; 2) Avalie somente quando dispuser de tempo necessário; 3) Entenda o seu papel; 4) Reconheça o esforço dos autores e seja sucinto ao identificar as imperfeições; 5) Seja crítico, porém positivo; 6) Seja cauteloso ao sugerir novos estudos; 7) Dê a oportunidade de as gerações advindas analisarem o impacto do manuscrito; 8) Seja um diferencial para sua área; 9) Lembre-se do que não lhe cabe; 10) Seja um exemplo.

4.6 EMPECILHOS PARA ADOTAR A *OPEN PEER REVIEW*

Quando convidados a argumentar sobre os empecilhos condizentes com a anuência da OPR, notou-se, a priori, a exiguidade de sete (50%) editores, que optaram por não se posicionar, e um (7%) que desconhece os motivos que promovam a obstrução do sistema aberto, isto é, não haver objeções pertinentes ao seu reconhecimento. No entanto, em respeito

aos obstáculos, destacaram-se as categorias: ‘Resistência dos avaliadores e dos autores’, que reuniu quatro demarcações (29%), e ‘Conflitos pessoais e endogenia’, que acumulou duas menções (14%), como demonstrado na **Tabela 8**.

Tabela 8 – Empecilhos para adotar a OPR		
Resposta	Quantidade	%
Não posicionamentos	7	50
Resistência dos atores	4	29
Conflitos pessoais e endogenia	2	14
Desconhecem os empecilhos	1	7
Total	14	100

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Em se tratando das interferências à consolidação da OPR, destacou-se, inicialmente, a categoria ‘Resistência dos atores (autores e avaliadores)’, estabelecida pela indisponibilidade e/ou escassez de cooperadores por receio da exposição e das críticas sob o olhar dos pares e da comunidade. De modo consequente, revisitando autores como Shanahan e Olsen (2014), adjacentes a Schmidt *et al.* (2018), é notória a indisponibilidade dos árbitros, sobretudo, os iniciantes, a qual é intrínseca à abertura do sistema de avaliação, que se sentem desconfortáveis para avaliar, especialmente quando há críticas formadas a respeito do manuscrito em análise. Godlee (2002) reitera que os árbitros optam pelo sistema *blind review* em defesa do julgamento alheio. A título de exemplo, eis os testemunhos que se unem aos pressupostos apresentados: Para o E3, o percalço está relacionado à “falta de pessoal especializado e efetivamente disponível”, que desconhece o fluxo do processo de avaliação aberta bem como seus benefícios. Portanto o E5 enfatiza que pode haver “a resistência de algum personagem do processo editorial (autor ou avaliador) e desinteresse, caso a avaliação seja divulgada imediatamente à publicação do artigo” (E5). Por fim, o E13, em unanimidade com os depoentes supramencionados, afirma:

Não temos uma equipe de trabalho disponível e especializada para se dedicar a mais uma tarefa. De preferência, as colaborações devem ser avaliadas antes de sua publicação por especialistas, considerando sua qualidade, interesse e valor, sem o risco de pressão psicológica ou pela popularidade do autor.

Os conflitos pessoais traduzem-se em atitudes repressivas dos árbitros, que, em posição de supremacia, endereçam aos avaliados pareceres fundamentados em critérios não convencionais. Revisitando autores da comunicação científica internacional, *exempli gratia*, Amsen (2014), Ford (2013, 2015) e Ross-Hellauer (2017), em comum acordo, contextualizam

a improbabilidade do sistema de avaliação às cegas que, embora arraigado, é sujeito a imperfeições, já que avaliadores facciosos se inclinam a rejeitar ou a aceitar resultados por motivos não científicos. Embora a literatura aponte inexatidões no sistema ora utilizado, os depoentes revelam-se inflexíveis, ao mencionar que a adoção da OPR “fomenta os conflitos pessoais” (E6). Em contradição, DeCoursey (2006) alega que a abertura do sistema de avaliação por pares possibilita identificar a má conduta de revisores interessados em revogar dados de pesquisas. Ainda assim, o E10, em breves palavras, argui que a OPR “pode ser algo endógeno e parcial” e reverter-se em relações partidárias entre avaliadores e autores. DeCoursey (2006) alega que a inaptidão dos autores não se compara com a negligência dos árbitros quando a má ciência é divulgada à comunidade. Mas, em concordância com Amsen (2014), Ford (2013) e Ross-Hellauer (2017), o autor retrata que, no fim do procedimento, seguem em nota de rodapé, os nomes dos avaliadores, a fim de incentivá-los a fazer suas análises de forma íntegra e imparcial, dando-lhes o reconhecimento pela contribuição.

4.7 A QUALIFICAÇÃO DOS PERIÓDICOS SOB A ÓTICA DOS EDITORES

Quando interpelados sobre o fato de a qualidade dos periódicos científicos estar vinculada à adoção da OPR, os editores foram convocados a balizar, *a priori*, uma alternativa, sim ou não, e, em seguida, externar seus pontos de vista. Entretanto, dos 14 respondentes, nove (65%) editores consideraram que a otimização dos periódicos está além do perfilhamento de um novo modelo arbitrário, sem embargo, e cinco (35%) julgaram a adoção da OPR uma possibilidade de potencializar o *status* das revistas científicas. Nas justificativas que emitiram, os depoentes referiram que contribuem para qualificar o *status quo* dos periódicos científicos. No entanto, como consta na **Tabela 9**, oito (57%) não se posicionaram e se sobressaíram duas categorias: a qualidade das avaliações, com quatro (29%) menções, e o cumprimento dos prazos de avaliação, finalizando o percentual com dois ou 14% dos referimentos.

Tabela 9 – Critérios para melhorar a qualidade dos periódicos segundo os editores

Resposta	Quantidade	%
Não posicionamentos	8	57
Qualidade das avaliações	4	29
Cumprimento dos prazos de avaliação	2	14
Total	14	100

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

A **Tabela 9** exprime as classes condizentes com as réplicas dos editores e evidencia a prevalência de não posicionamentos, embora as categorias subsequentes se envolvam entre si, apresentam discrepâncias quanto aos seus aspectos alusivos. Assim, em se tratando da qualidade das avaliações, resume-se no compromisso dos *referees* ao emitirem argumentos coerentes balizados pela OPR. Seguindo esse discurso sob a ótica da avaliação às cegas, Jack Meadows (1999) descreveu o procedimento de análise por pares na perspectiva dos autores e avaliadores, em que os subjugados nutrem a expectativa de que seus manuscritos podem ser divulgados na íntegra, o que, nem sempre, ocorre, considerando que o árbitro poderá não compreender a proposta apresentada pelo pesquisador ou discordar dela, e isso poderá redundar em veto ou solicitação de modificações, malquistas pelos autores, sobretudo acatadas pelos editores. Ademais, caracterizado por ofuscar as similitudes entre ambos e conforme o estudo apresentado por Callaway (2016); Ross-Hellauer, Deppe e Schmidt (2017), o sistema de avaliação às cegas ostenta imperfeições, e seus avaliadores são acusados de incoerência ao firmar seus pareceres. Oposta ao tradicional, a OPR caracteriza-se pela transparência em múltiplos estágios ao longo da revisão, desde a apresentação entre autores e analistas por intermédio do editor até o aval – fruto da discussão entre si. Sobre a qualidade dos pareceres, um estudo proposto por Kowalczyk *et al.* (2015) revelou que, quando a avaliação dos árbitros é conduzida pela OPR, alça a construtividade dos comentários em relação ao padrão atualmente alicerçado. Em respaldo aos resultados divulgados, eis os pronunciamentos que fazem referência à repercussão motivada pela OPR: “O sistema de revisão aberta dá maior credibilidade as avaliações” (E2), que se coaduna com o pressuposto levantado por Pöschl (2012), que defende os princípios do racionalismo crítico proveniente das sociedades abertas, que os revisores avaliam minuciosamente, a fim de otimizar o conteúdo dos manuscritos e de suprimir os defeituosos. Subsequentemente, E10 comenta que a OPR estimula os avaliadores a se dedicarem “melhor ao parecer”, tendo em vista que a abertura das identidades lhe possibilita discernir sua conduta. Autores como Birgit Schmidt *et al* (2018) e Rowland e Moylan (2016) consideram que a OPR torna os revisores reféns, sejam eles assertivos ou não.

De outra forma, há quem julgue que o cumprimento dos prazos de avaliação é a premissa que conduz os periódicos ao padrão de boa qualidade científica. De outra forma, esse item se refere ao empenho dos revisores, com o cumprimento de suas atribuições no Conselho Consultivo da revista. Com o objetivo de descrever o procedimento de gestão dos avaliadores voltado para consolidar os periódicos científicos no cenário brasileiro, Werlang (2013) utilizou um *survey* cujo repertório amostral compilava 103 dos 477 editores afiliados à

Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC), que fizeram coro ao enfatizar como percalço o descumprimento dos prazos de avaliação, o que a torna um procedimento moroso e compromete o fluxo de comunicação dos resultados de pesquisa. Assim, em concordância com o pensamento da autora, o E13 declara: “A melhoria de um periódico, em minha visão, perpassa por fatores como cumprimento da periodicidade; compromisso do corpo de avaliadores em realizar uma qualificada avaliação do artigo, cumprindo prazo determinado para tal”.

Em se tratando de uma atividade não remunerada, é comum que haja preterimento em referência à análise dos manuscritos, que ocorre, geralmente, em paralelo às atividades voltadas para o cotidiano acadêmico dos árbitros e/ou elencam o conselho consultivo/editorial de outros periódicos, visto que os avaliadores prestam serviços para uma variedade de periódicos, o que atenta para o posicionamento do E14, para quem “a melhoria das revistas depende mais de um processo de longo prazo para os próprios avaliadores”.

5 VEJAM BEM! NÃO PARAMOS POR AQUI

Melhor é o fim das coisas do que o princípio delas (Eclesiastes – 7: 8 a).

A avaliação por pares manifesta-se, em seus múltiplos aspectos, como um mecanismo de concessão de credibilidade e de acesso à boa ciência e reprime intervenções de cunho aético entre autores e avaliadores, como plágio, fraudes, manipulação e uso indevido de dados de pesquisas. A OPR conduz a um novo fazer científico em relação à quebra de paradigmas oriundos da cultura cega, ora promulgada no contexto editorial brasileiro e local.

A realização do levantamento de campo – *survey* - possibilitou a interação factual entre o pesquisador e os investigados e propiciou a obtenção dos dados espelhados em 11 indicadores condizentes com o objetivo macro e os operacionais em duas etapas. Em se tratando da adoção da OPR, averiguaram-se as modalidades ora utilizadas, os eixos peculiares à OPR, a disponibilidade dos editores, os fatores contribuintes, os empecilhos e a qualidade dos periódicos mediante as funcionalidades da avaliação aberta.

Quanto à viabilidade de se adotar a revisão por pares aberta no portal da UFPB, conclui-se que esta pesquisa alcançou seu objetivo macro, porquanto se constatou que predomina o interesse em experienciar um novo modelo de análise em suas esferas laborais. Uma das 14 revistas já introduz a OPR em suas práticas editoriais, o que indica o início de um novo *ethos* e reafirma a validade da proposta aqui expressa.

Sobre o perfil dos respondentes, o estudo indicou que há equilíbrio entre o número de homens e de mulheres e que 29% dos editores são professoras e bacharéis em Biblioteconomia, e a maioria dos editores tem o título de doutor e exercem a prática há mais de dez anos.

A partir da análise dos questionamentos subjetivos, foi possível mensurar o nível de conhecimento dos depoentes acerca da avaliação aberta. No fim, constatou-se que houve a prevalência de não posicionamentos e um baixo índice de menções indicando conhecimentos prévios sobre o tema, como benefícios e desvantagens, considerando que a OPR é um tema inovador no contexto acadêmico brasileiro.

No que tange aos fatores contribuintes que conduzem à implantação da avaliação aberta no Portal de revistas da UFPB, destaca-se a interlocução entre os atores (avaliador e avaliado), que concorrem à produção de resultados prestigiosos concretizada sob olhares e concepções distintas, em confronto com a disponibilização de diretrizes para avaliar

manuscritos – recurso que norteia os avaliadores ao conhecimento e ao desempenho da avaliação por pares em seus múltiplos aspectos. Destarte, a respeito dos empecilhos, aponta-se o apego dos editores à cultura *blind review*, em razão das prerrogativas que visam à boa qualidade das publicações e à preservação das identidades dos árbitros esquivando-se de ações inesperadas provocadas pelos autores.

Por fim, considera-se como limitação da pesquisa o baixo índice de retornos, em razão de os questionários, enviados em anexo via *e-mail*, configurarem-se para os respondentes como *spam*, o que impossibilitou o acesso ao instrumento de coleta, conforme a fala do E8: “Respondi quando verifiquei minha caixa de *spams*, e lá estava”.

O estudo realizado com os editores do portal de periódicos da UFPB é um marco inicial de um novo fazer científico e o desenvolvimento de novos estudos, no contexto da *open culture*, elencados abaixo. Nesse sentido cabe à gestão do portal de periódicos estimular como metas estratégicas a serem implementadas, tendo em vista a inserção da UFPB no cenário da editoração contemporânea:

- a) Realização de evento voltado para os editores e os avaliadores das revistas do portal de periódicos da UFPB, como incentivo ao conhecimento da nova prática;
- b) Adoção da OPR pelos avaliadores, cujos periódicos constituíram o repertório amostral da pesquisa supracitada, a fim de identificar, *a priori*, se há mutualidade entre ambos os atores, visando, *a posteriori*, promover a implantação da avaliação aberta nesses periódicos;
- c) Futuramente, caso a proposta de abertura do processo de avaliação seja viabilizada pelos editores, sugere-se a realização de um estudo de satisfação entre eles, os avaliadores e os autores participantes do processo.

REFERÊNCIAS

- ALBAGLI, S. Ciência aberta em questão. In: ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L.; ABDO, A. H. (org.). **Ciência aberta, questões abertas**. Brasília: IBICT, 2015. p. 9-26. Disponível em: http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/1060/1/Ciencia%20aberta_questoes%20abertas_PORTUGUES_DIGITAL%20%285%29.pdf. Acesso em: 15 out. 2018.
- ALBAGLI, S.; CLINIO, A.; RAYCHTOCK, S. Ciência aberta: correntes interpretativas e tipos de ação. **LIINC em Revista**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 434-450, nov. 2014. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3593/3072>. Acesso em: 03 nov. 2018.
- ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L.; ABDO, A. H. (org.). **Ciência aberta, questões abertas**. Brasília: IBICT, 2015. *E-book*. Disponível em: http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/1060/1/Ciencia%20aberta_questoes%20abertas_PORTUGUES_DIGITAL%20%285%29.pdf. Acesso em: 15 out. 2018.
- AMSEN, E. What is open peer review?. **F1000 Research Blog**, Rockville, may, 2014. Disponível em: <https://blog.f1000.com/2014/05/21/what-is-open-peer-review/>. Acesso em: 08 out. 2018.
- AUTRAN, M. M. M.; BORGES, M. M. Comunicação da ciência: (r)evolução ou crise. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 122-138, jun. 2014. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/17105/2/6.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2018.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2010.
- BERG, J. M. *et al.* Preprints for the life sciences. **Science**, Washington, v. 352, n. 6288, p. 899-901, may, 2018. Disponível em: <http://science.sciencemag.org/content/352/6288/899>. Acesso em: 02 nov. 2018.
- BOLDT, A. Extending arXiv.org to achieve open peer review and publishing. **Journal of Scholarly Publishing**, Toronto, v. 42, n. 2, p. 238-242, jan. 2011. Disponível em: <https://www.utpjournals.press/doi/abs/10.3138/jsp.42.2.238>. Acesso em: 28 out. 2018.
- BORNMAN, L. *et al.* In public peer review of submitted manuscripts, how do reviewer comments differ from written by interested members of the scientific community. **Springer**, New York, v. 93, n. 3, p. 915-929, dec. 2012. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11192-012-0731-8>. Acesso em: 25 out. 2018.
- BOTOMÉ, S. P. Avaliação entre pares na ciência e na academia: aspectos clandestinos de um julgamento nem sempre científico, acadêmico ou de avaliação. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 335-355, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pusp/v22n2/aop1711.pdf>. Acesso em: 13 out. 2018.
- BRABHAM, D. C. Motivations for participations in a crowdsourcing application to improve public engagement in transit planning. **Journal of Applied Communication Research**, Columbia, v. 40, n. 3, p. 307-328, may, 2012.

BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE. **Ten years on from the Budapest Open Access Initiative: setting the default to open.** sept. 2012. Disponível em: <https://www.budapestopenaccessinitiative.org/boai-10-recommendations>. Acesso em: 05 nov. 2018.

CALLAWAY, E. Open peer review finds more takers. **Nature International Weekly Journal of Science**, London, nov. 2016. Disponível em: <https://www.nature.com/news/open-peer-review-finds-more-takers-1.20969>. Acesso em: 08 out. 2018.

CASSELLA, M. Social peer-review e scienze umane, ovvero “della qualità nella Repubblica della scienza”. **Archivistica e Scienza Dell’Informazione**, Macerata, v. 1, n. 1, p. 111-132, giugno, 2010. Disponível em: <https://www.jlis.it/article/view/30/35>. Acesso em: 08 ago. 2018.

CAVENAGHI, S. O papel de editores de revistas de associações científicas. **Revista Brasileira de Estudos Populares**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 3, p. 467-474, set./dez. 2016. Disponível em: <https://www.rebep.org.br/revista/article/view/986/760>. Acesso em: 08 out. 2018.

DECOURSEY, T. Perspective: the pros and cons of open peer review. **Nature International Weekly Journal of Science**, London, june, 2006. Disponível em: <https://www.nature.com/nature/peerreview/debate/nature04991.html>. Acesso em: 08 out. 2018.

DENSON, S. Open peer-review as multimodal scholarship. **Cinema Journal**, Texas, v. 56, n. 4, p. 141-143, Summer 2017. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/666811/pdf>. Acesso em: 05 out. 2018.

DRUBIN, D. G. Any jackass can trash a manuscript, but it takes good scholarship to creat one (how MBoC promotes civil and constructive peer review). **Molecular Biology of The Cell**, Bethesda, v. 22, n. 5, p. 525-527, oct. 2017. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3046051/pdf/525.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2018.

EISEN, M.; VOSSHALL, L. V. Associando preprints e revisão por pares pós-publicação para publicação rápida. **Blog Scielo em Perspectiva**, São Paulo, fev. 2016. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2016/02/11/associando-pre-prints-e-revisao-por-pares-pos-publicacao-para-publicacao-cientifica-rapida-barata-e-efetiva-publicado-originalmente-no-blog-it-is-not-junk-de-michael-eisen/#.XHqZ0YhKhPY>. Acesso em: 05 out. 2018.

ENAGO ACADEMY. **Quais são os critérios de revisão por pares.** nov. 2013. Disponível em: <http://www.enago.com.br/blog/revisao-por-pares/>. Acesso em: 14 ago. 2018.

ESTELLÉS-AROLAS, E.; GONZALES-LADRÓN-DE-GUEVARA, F. Towards an integrated crowdsourcing definition. **Journal of Information Science**, Thousand Oaks, v. 38, n. 2, p. 1-17, mar. 2012. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0165551512437638?journalCode=jisb#>. Acesso em: 03 out. 2018.

FECHER, B.; FRIESIKE, S. Open science: five schools thought. **German Data Forum**, Berlin, v. 218, p. 1-11, may, 2013. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/236607487_Open_Science_One_Term_Five_Schools_of_Thought. Acesso em: 03 nov. 2018.

FORD, E. Defining and characterizing open peer review: a review of literature. **Journal of Scholarly Publishing**, Toronto, v. 44, n. 4, p. 311-326, july, 2013. Disponível em: https://pdxscholar.library.pdx.edu/ulib_fac/1/. Acesso em: 06 ago. 2018.

FORD, E. Open peer review for STEM Journals: na observational overview. **F1000 Research: Open for Science**, Rockville, v. 4, n. 5, p. 1-15, aug. 2015. Disponível em: <https://f1000research.com/articles/4-6/v1>. Acesso em: 08 ago. 2018.

FREITAS, H. *et al.* O método de pesquisa survey. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 105-112, jul./set. 2000. Disponível em: http://www.ufrgs.br/gianti/files/artigos/2000/2000_092_RAUSP.PDF. Acesso em: 04 abr. 2018.

FREITAS, M. H. A. Considerações acerca dos primeiros periódicos científicos brasileiros. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 54-66, set./dez. 2006. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1113/1244>. Acesso em: 14 ago. 2018.

FROSIO, G. F. **Open access publishing**: a literature review. Nottingham: University of Nottingham, 2014. *E-book*. Disponível em: <https://www.create.ac.uk/wp-content/uploads/2014/01/CREATe-Working-Paper-2014-01.pdf>. Acesso em: 29 out. 2018.

GARCIA, J. C. R.; TARGINO, M. G. Open peer review sob a ótica dos editores das revistas brasileiras de Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais eletrônicos [...]**. Marília: UNESP, 2017. p. 1-21. Disponível em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/xviiienancib/ENANCIB/paper/viewFile/19/824>. Acesso em: 08 out. 2018.

GARRIDO, I. S.; RODRIGUES, R. S. Portais de periódicos científicos online: organização institucional das publicações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 56-72, maio/ago. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v15n2/a05v15n2.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODLEE, F. Making reviewers visible openness, accountability, and credit. **The Journal of the American Medical Association**, Illinois, v. 287, n. 21, p. 2762-2765, june, 2002. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/4156/774b9d77fb32fff86cf367dc1eb52e9236e8.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2018.

GRGIC, H. Otvorenost u znanosti i visokom obrazovanju. **Skolska Knjiga**, Zagreb, p. 80-92, 2018. Disponível em: <http://darhiv.ffzg.unizg.hr/id/eprint/10887/1/OtvorenostUvodnikIHG.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2018.

HAI-JEW, S. Peer review ethics. **The Art of Academic Peer Reviewing**, [s. l.], p. 1-12, 2018. Disponível em: <http://scalar.usc.edu/works/the-art-of-academic-peer-reviewing/3-peer-reviewer-ethics>. Acesso em: 28 ago. 2018.

HAMES, I. The changing face of peer review. **Science Editing**, Korea, v. 1, n. 1, p. 9-12, 2014. Disponível em: <https://www.escienceediting.org/journal/view.php?number=4>. Acesso em: 14 out. 2018.

HENDRICKS, G.; LIN, J. Making peer reviews citable, discoverable, and creditable. **Crossref**, Salem, sept. 2017. Disponível em: <https://www.crossref.org/blog/making-peer-reviews-citable-discoverable-and-creditable/>. Acesso em: 14 out. 2018.

HILL, S. **What are the scientific strenghts of crowdsourced testing?**. 2015. Disponível em: <https://leantesting.com/strengths-of-crowdsourced-testing/>. Acesso em: 03 nov. 2018.

JENAL, S. *et al.* O processo de revisão por pares: uma revisão integrativa de literatura. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 25, n. 5, p. 802-808, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/apc/v25n5/24.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2018.

KELLY, J.; SADEGHIEH, T.; ADELI, K. Peer review in scientific publications: benefits, critiques, & a survival guide. **The Journal of the International Federation of Clinical Chemistry and Laboratory Medicine**, Rockville, v. 25, n. 3, p. 227-243, oct. 2014. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4975196/>. Acesso em: 01 out. 2018.

KERN, V. M. Inovação na revisão por pares: o papel do software. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais eletrônicos** [...]. Marília: UNESP, 2017. p. 1-17. Disponível em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/xviiienancib/ENANCIB/paper/view/623>. Acesso em: 08 out. 2018.

KHARE, R. *et al.* Crowdsourcing in biomedicine: challenges and opportunities. **Oxford Journals**, Bethesda, v. 17, n. 1, p. 23-32, apr. 2016. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/25888696>. Acesso em: 02 out. 2018.

KOWALCZUK, M. K. *et al.* Retrospective analysis of the quality of reports by author-suggested and non-author-suggested reviewers in journals operating on open or single-blind peer review models. **The British Medical Journal**, London, v. 5, p. 1-9, 2015. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/26423855>. Acesso em: 10 ago. 2018.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**: projeto de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MCCORMACK, N. Peer review and legal publishing: what law librarians need to know about open, single-blind, and double-blind Reviewing. **Law Library Journal**, Kingston, v. 101, n. 1, p. 59-70, 2009. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1339227. Acesso em: 13 out. 2018.

MCGRIFFERT, M. Is justice blind? An inquiry into peer review. **Scholarly Publishing**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 43-48, 1988.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília: Brinquet de Lemos/Livros, 1999.

MELERO, R.; LOPEZ-SANTOVEÑA, F. Referees' attitudes Toward open peer review and eletronic transmission of papers. **Sage Journals: Your Gateway to World-Class Research Journals**, Thousand Oaks, v. 7, n. 6, p. 521-527, 2001. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1106/0MXD-YM6F-3LM6-G9EB>. Acesso em: 08 out. 2018.

MENÉNDEZ-GONZALES, M. Revisión por pares: plataformas de reconocimiento para revisores de artículos científicos. **Archivos de Medicina**, Mieres, v. 11, n. 3, p. 1-3, jul. 2015. Disponível em: <http://www.archivosdemedicina.com/medicina-de-familia/revisin-por-pares-plataformasde-reconocimiento-pararevisores-de-artculos-cientficos.php?aid=6691>. Acesso em: 03 out. 2018.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 9-30.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR. **MCTES elegeu a ciência aberta como pilar do seu programa**. 2016. Disponível em: <https://blog.rcaap.pt/2016/02/23/mctes-elegeu-a-ciencia-aberta-como-pilar-do-seu-programa/>. Acesso em: 04 out. 2018.

MONSEN, E. R.; HORN, L. V. **Research successful approaches**. 30. ed. Illinois: American Dietetic Association, 2007.

MOYLAN, E. Inappropriate manipulation of peer review. **BioMed Central**, London, mar. 2015. Disponível em: <https://blogs.biomedcentral.com/bmcblog/2015/03/26/manipulation-peer-review/>. Acesso em: 04 nov. 2018.

MUELLER, S. P. M. A ciência, o sistema de comunicação científica e a literatura científica. In: CAMPELLO, B. S.; CENDÓN, B. V.; KREMER, J. R. (org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000. p. 21-34.

MUELLER, S. P. M. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 27-38, maio/ago. 2006. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/977/2/ARTIGO_ComunicacaoCientificaMovimentoAcesso.pdf. Acesso em: 08 jun. 2018.

NASCIMENTO, L. F. M. Modelo CAPES de avaliação: quais as conquistas para o triênio 2010-2012?. **Administração e Ensino**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 11, p. 579-600, 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/276534847_MODELO_CAPES_DE_AVALIACA_O_QUAIS_AS_CONSEQUENCIAS_PARA_O_TRIENIO_2010-2012. Acesso em: 08 set. 2018.

NASSI-CALÒ, L. Artigo propõe quatro pilares para a comunicação científica favorecer a velocidade e a qualidade da ciência. **Blog Scielo em Perspectiva**, São Paulo, jul. 2013. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2013/07/31/artigo-propoe-quatro-pilares-para-a-comunicacao-cientifica-para-favorecer-a-velocidade-e-a-qualidade-da-ciencia/#.XH3oiIhKhPZ>. Acesso em: 13 ago. 2018.

NASSI-CALÒ, L. Artigo analisa a saturação dos revisores por pares. **Blog Scielo em Perspectiva**, São Paulo, jan. 2015a. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2015/01/22/artigo-analisa-a-saturacao-dos-revisores-por-pares/#.XH3prohKhPY>. Acesso em: 05 jun. 2018.

NASSI-CALÒ, L. Avaliação por pares: ruim com ela, pior sem ela. **Blog Scielo em Perspectiva**, São Paulo, abr. 2015b. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2015/04/17/avaliacao-por-pares-ruim-com-ela-pior-sem-ela/#.XH3qQIhKhPZ>. Acesso em: 05 jun. 2018.

NASSI-CALÒ, L. Aumenta a adoção de avaliação por pares aberta. **Blog Scielo em Perspectiva**, São Paulo, jan. 2017a. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2017/01/10/aumenta-a-adocao-de-avaliacao-por-pares-aberta/#.XH3rCohKhPY>. Acesso em: 06 jun. 2018.

NASSI-CALÒ, L. O papel dos editores na avaliação por pares: como identificar maus pareceristas. **Blog Scielo em Perspectiva**, São Paulo, jun. 2017b. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2017/06/29/o-papel-dos-editores-na-avaliacao-por-pares-como-identificar-maus-pareceristas/#.XH3sGYhKhPY>. Acesso em: 06 jun. 2018.

NICHOLSON, J.; ALPERIN, J. P. A brief survey on peer review in scholarly communication. **The Winnower**, New York, oct. 2016. Disponível em: <https://thewinnower.com/papers/4659-a-brief-survey-on-peer-review-in-scholarly-communication>. Acesso em: 07 out. 2018.

NOBARANY, S.; BOOTH, K. Use of politeness strategies in signed open peer review. **Journal of the Association for Information Science and Technology**, Raleigh, v. 66, n. 5, p. 1-45, may, 2015. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.488.3539&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 08 out. 2018.

OLIVEIRA, A. C. S. **Desvendando a autoralidade colaborativa na e-science sob a ótica dos direitos de propriedade intelectual**. 2016. 300 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/8849>. Acesso em: 03 jun. 2018.

OLIVEIRA, C.; PASTORINI, V. Portais de periódicos científicos: aspectos de visibilidade e institucionalidade. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO E INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DE IBEROAMÉRICA E CARIBE, 17., Coimbra. **Anais eletrônicos** [...]. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2017. p. 155-164. Disponível em: <http://sci.uc.pt/eventos/atas/edicic2017.pdf>. Acesso em: 07 set. 2018.

PAVAN, C.; STUMPF, I. R. C. Avaliação pelos pares nas revistas de Ciência da Informação: procedimentos e percepções dos atores. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 14, n. 28, p. 72-92, 2009.

Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2009v14n28p73/19555>. Acesso em: 05 jul. 2018.

PEER REVIEW SURVEY. **Should peer review detect fraud and misconduct? What does it do for science and what does the scientific community want it to do? Will it illuminate good ideas or shut them down? Should reviewers remain anonymous?.** 2009. Disponível em: <https://senseaboutscience.org/activities/peer-review-survey-2009/>. Acesso em: 01 nov. 2018.

PIEVATOLO, M. C. Open peer review: un esperimento. **Boletino Telematico di Filosofia Politica**, Roma, p. 1-2, luglio, 2012. Disponível em: <https://btfp.sp.unipi.it/it/2012/07/open-peer-review-un-esperimento/>. Acesso em: 03 set. 2018.

PONTIKA, N. *et al.* Fostering open science to research using a taxonomy and an eLearning Portal. **Open Research Online**, Graz, n. 11, p. 1-8, oct. 2015. Disponível em: http://oro.open.ac.uk/44719/2/kmi_foster_iknow.pdf. Acesso em: 05 out. 2018.

PÖSCHL, U. Multi-stage open peer review: scientific evaluation integrating the strengths of traditional peer review with the virtues of transparency and self-regulation. **Frontiers in Computational Neuroscience**, Rockville, v. 6, n. 33, p. 1-16, july, 2012. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3389610/>. Acesso em: 13 out. 2018.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013. *E-book*. Disponível em: <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2018.

PUBLONS. **Publons for research**. 2014. Disponível em: <https://publons.com/about/mission>. Acesso em: 03 nov. 2018.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ROSS-HELLAUER, T. What is open peer review?: a systematic review. **F1000 Research: Open for Science**, Rockville, v. 6, n. 5888, p. 1-30, oct. 2017. Disponível em: <https://f1000research.com/articles/6-588/v1>. Acesso em: 08 out. 2018.

ROSS-HELLAUER, T.; DEPPE, A.; SCHMIDT, B. Survey on open peer review: attitudes and experience amongst editors, authors and reviewers. **Plos One**, San Francisco, p. 1-28, dec. 2017. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0189311>. Acesso em: 08 out. 2018.

ROWLAND, R.; MOYLAN, E. We're open! Open peer review revisited. **BioMed Central**, London, july, 2016. Disponível em: <https://blogs.biomedcentral.com/blog/author/ruthrowlandelizabethmoylan/>. Acesso em: 15 ago. 2018.

SANTANA, S. A.; FRANCELIN, M. M. O bibliotecário e a editoração de periódicos científicos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 2-26, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/543/483>. Acesso em: 13 out. 2018.

SAYÃO, L. F.; SALES, L. F. Dados abertos de pesquisa: ampliando o conceito de acesso livre. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 76-92, jun. 2014. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/611/1252>. Acesso em: 02 nov. 2018.

SCHMIDT, B. *et al.* Ten considerations for open peer review. **F1000 Research**: Open for Science, Rockville, v. 7, n. 969, p. 1-11, oct. 2018. Disponível em: https://f1000researchdata.s3.amazonaws.com/manuscripts/16707/91c499b1-d36e-485a-8503-79600dc2e0fe_15334_-birgit_schmidt.pdf?doi=10.12688/f1000research.15334.1&numberOfBrowsableCollections=15&numberOfBrowsableGateways=23. Acesso em: 08 out. 2018.

SCIENCE MEDIA CENTER. **What is peer review?**. 2003. Disponível em: <http://www.sciencemediacentre.org/wp-content/uploads/2012/09/Peer-Review-in-a-Nutshell.pdf>. Acesso em: 01 out. 2018.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SHANAHAN, D.; OLSEN, B. Opening peer review: The democracy of science. **Journal of Negative Results in Biomedicine**, London, v. 13, n. 2, p. 1-2, 2014. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3900934/pdf/1477-5751-13-2.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2018.

SHOTTON, D. The five stars of online journal articles: a framework for article evaluation. **D-Lib Magazine**, London, v. 18, n. 2, jan. 2012. Disponível em: <http://www.dlib.org/dlib/january12/shotton/01shotton.html>. Acesso em: 15 out. 2018.

SILVA, C. N. N.; MUELLER, S. P. M.; SILVEIRA, M. A. A. Sistema de revisão por pares na ciência: o caso das revistas científicas do Brasil, da Espanha e do México. **Estudos em Comunicação**, Covilhã, n. 21, p. 235-250, dez. 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/289495909_Sistema_de_revisao_por_pares_na_cien_cia_o_caso_de_revistas_cientificas_do_Brasil_da_Espanha_e_do_Mexico. Acesso em: 10 ago. 2018.

SILVA, E. L.; CUNHA, M. V. A formação profissional do século XXI: desafios e dilemas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 3, p. 77-82, set./dez. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v31n3/a08v31n3.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2018.

SILVA, F. F.; RIBEIRO, P. R. C. A participação das mulheres na ciência: problematizações sobre a diferença de gênero. **Labrys**: Estudos Feministas, Rio de Janeiro, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys20/brasil/fabiene.htm>. Acesso em: 8 out. 2018.

SILVA, F. F.; RIBEIRO, P. R. C. Trajetórias de mulheres na ciência: “ser cientista” e “ser mulher”. **Ciência e Educação**, Bauru, v. 20, n. 2, p. 449-466, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v20n2/1516-7313-ciedu-20-02-0449.pdf>. Acesso em: 08 out. 2018.

SILVA, S. F. R. **Revisão por pares e tecnologias eletrônicas**: perspectivas paradigmáticas nos procedimentos da comunicação científica. 2016. 200 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/20970/1/S%C3%A9rgio%20Franklin%20-%20Tese.pdf>. Acesso em: 08 out. 2018.

SMITH, R. Peer review: a flawed process at the heart of science and journals. **Journal of the Royal Society of Medicine**, London, v. 99, p. 178-192, apr. 2006. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1420798/pdf/0178.pdf>. Acesso em: 12 out. 2018.

SPINAK, E. Princípios para citar dados científicos. **Blog Scielo em Perspectiva**, São Paulo, jan. 2015. Disponível em: https://blog.scielo.org/blog/2015/01/15/principios-para-citar-dados-cientificos/#.XH_uS4hKhPY. Acesso em: 19 jul. 2018.

SPINAK, E. O que é esse tema de preprints?. **Blog Scielo em Perspectiva**, São Paulo, nov. 2016. Disponível em: https://blog.scielo.org/blog/2016/11/22/o-que-e-este-tema-dos-preprints/#.XH_vE4hKhPY. Acesso em: 09 ago. 2018.

SPINAK, E. Revisão por pares: sobre estruturas e conteúdo. **Blog Scielo em Perspectiva**, São Paulo, fev. 2018a. Disponível em: https://blog.scielo.org/blog/2018/05/30/revisao-por-pares-sobre-as-estruturas-e-os-conteudos/#.XH_4IYhKhPY. Acesso em: 15 ago. 2018.

SPINAK, E. Sobre as vinte e duas definições de revisão por pares e... mais. **Blog Scielo em Perspectiva**, São Paulo, maio, 2018b. Disponível em: https://blog.scielo.org/blog/2018/02/28/sobre-as-vinte-e-duas-definicoes-de-revisao-por-pares-aberta-e-mais/#.XH_3SIhKhPY. Acesso em: 15 ago. 2018.

STUMPF, I. Avaliação pelos pares nas revistas de comunicação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p.18-32, jan./abr. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v13n1/v13n1a03.pdf>. Acesso em: 13 out. 2018.

SUMMER, T.; SHUM, S. B. Open peer review and argumentation: loosening the paper chains on journals. **Ariadne: Web Magazine for Information Professionals**, London, sept. 1996. Disponível em: <http://www.ariadne.ac.uk/issue/5/jime/>. Acesso em: 01 out. 2018.

TARGINO, M. G.; GARCIA, J. C. R.; SILVA, K. L. N. Avaliadores da Ciência da Informação frente a open peer review. **Revista Interamericana de Bibliotecologia**, Medellín, 2018. No prelo.

VAN ROOYEN, S. *et al.* Effect on open peer review of telling reviewers that their signed reviews might be posted on the web: randomised controlled trial. **The British Medical Journal**, London, v. 341, n. 5729, p. 1-6, nov. 2010. Disponível em: <https://www.bmj.com/content/bmj/341/bmj.c5729.full.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2018.

WALKER, R.; SILVA, P. R. Emerging trends in peer review: a survey. **Frontiers in Computational Neuroscience**, Rockville, v. 9, n. 169, p. 1-18, may, 2015. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fnins.2015.00169/full>. Acesso em: 02 out. 2018.

WALSH, E. *et al.* Open peer review: a randomised controlled trial. **British Journal of Psychiatry**, London, n. 176, p. 47-51, 2000. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/services/aop-cambridge-core/content/view/1F81447FC67B3BAFDCCCCE82B6C7A187/S0007125000263757a.pdf/open_peer_review_a_randomised_controlled_trial.pdf. Acesso em: 03 nov. 2018.

WARE, M. Peer review: benefits, perceptions and alternatives. **The Publishing Research Consortium Summary Papers**, London, n. 4, p. 1-20. 2008. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.214.9676&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 15 out. 2018.

WARE, M. Peer review: recent experience and future directions. **New Review of Information Networking**, London, v. 16, p. 23-56, may, 2011. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13614576.2011.566812?tab=permissions&scroll=top>. Acesso em: 02 nov. 2018.

WAZNY, K. Crowdsourcing the years: a review. **Journal of Global Health**, Edimburgo, v. 7, n. 2, p. 1-13, dec. 2017. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5735781/pdf/jogh-07-020601.pdf>. Acesso em: 08 out. 2018.

WERLANG, E. **Revisão por pares**: um estudo da gestão de avaliadores nas revistas científicas brasileiras. 2013. 101 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/107272/319565.pdf?sequence=1>. Acesso em: 09 ago. 2018.

WRIGLEY, A. T. **Recognize review with ORCID**. 2016. Disponível em: <https://orcid.org/blog/2016/09/22/recognizereview-orcid>. Acesso em: 12 ago. 2018.

APÊNDICE A



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
BACHARELADO EM BIBLIOTECONOMIA

Questionário

Prezado(a) Editor(a)

Este questionário destina-se a coleta de dados da pesquisa intitulada: “A visão dos editores do portal de periódicos da Universidade Federal da Paraíba sobre a *open peer review*”. O questionário é composto por perguntas objetivas e abertas, enviado aos editores do Portal de Periódicos da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) com o objetivo de avaliar a viabilidade da adoção da *open peer review* neste contexto.

As informações obtidas servirão como aporte à pesquisa orientada pelas Professoras Dra. Joana Coeli Ribeiro Garcia e Dra. Maria das Graças Targino, preservando, assim, a identidade dos participantes. Deste modo solicitamos preenchimento e envio do questionário na íntegra.

Kleisson Lainnon Nascimento da Silva
Graduando em Biblioteconomia
Universidade Federal da Paraíba.

1º Parte - PERFIL DOS EDITORES

1. Sexo:

- ☐ Feminino
- ☐ Masculino

2. Faixa etária:

- ☐ 25 a 32 anos
- ☐ 33 a 40 anos
- ☐ 41 a 48 anos
- ☐ Mais de 49 anos

3. Formação (Curso de graduação e titulação máxima):

4. Afiliado a qual centro?

- ☐ CE

- ☐ CT
- ☐ CI
- ☐ CCJ
- ☐ CCS
- ☐ CCSA
- ☐ CCHLA
- ☐ CCTA
- ☐ CCAE
- ☐ CCA
- ☐ CB
- ☐ CCEN
- ☐ CCM
- ☐ CCHSA
- ☐ CEAR
- ☐ CTDR

5. Durante quanto tempo você exerce/exerceu a função de editor?

- ☐ Até 5 anos
- ☐ 5 a 10 anos
- ☐ Mais de 10 anos

2º Parte - OPEN PEER REVIEW (DISPONIBILIDADE, CARACTERÍSTICAS, FATORES CONTRIBUINTES E EMPECILHOS QUANTO À SUA ADOÇÃO)

6. Qual modalidade de avaliação é utilizada no periódico em que atua?

- ☐ Revisão cega (*Single-blind review*) - Quando o autor desconhece a identidade do avaliador, ao contrário do avaliador que conhece previamente o autor.
- ☐ Revisão duplo-cega (*Double-blind review*) - Quando as identidades de ambos (avaliadores e autores) são desconhecidas.
- ☐ Avaliação por pares aberta (*Open Peer Review*) - Quando as identidades de ambos são reveladas ao iniciar a análise.

7. Você teria disponibilidade em trabalhar com a open peer review?

- ☐ Sim
- ☐ Não

7.1 Justifique:

8. Qual (quais) das características da avaliação aberta (open peer review), listadas a seguir, você julga ser mais aplicável à realidade do Portal de periódicos da UFPB? (Possível assinalar mais de uma opção.).

() Avaliação assinada (*Signed review*) - Parecer / opiniões assinadas pelo avaliador podem ser divulgadas quando da publicação dos artigos ou enviadas ao autor

() Avaliação tornada pública (*Disclosed review*) - Avaliadores e autores conhecem as identidades um do outro

() Avaliação mediada pelo editor (*Editor-mediated review*) - Avaliação caracterizada pela mediação do editor entre autores e avaliadores e vice-versa.

() Avaliação transparente (*Transparent review*) - Avaliação aberta à comunidade científica e/ou ao público-leitor, ou seja, originais, comentários dos autores e / ou respostas dos autores aos revisores estão disponíveis para eventuais consultas aos interessados.

() Avaliação por grupo ampliado de juízes (*Crowdsourced review*) - Avaliação pública: qualquer membro da comunidade pode contribuir com opiniões, ou seja, inexiste qualquer limitação quanto à identidade do comentarista.

() Avaliação pré-publicação (*Pre-publication review*) - (Avaliação que precede a publicação do artigo. Em geral, ocorre em espaço público, como um servidor de pré-impressão.

() Avaliação síncrona (*Synchronous review*) - Avaliação simultânea à publicação do artigo.

() Avaliação pós-publicação (*Post-publication review*) - Avaliação posterior à publicação do artigo, incluindo comentários em posts em blogs.

9. Quais fatores podem contribuir para adoção da *open peer review* nas revistas do Portal de Periódicos da UFPB?

10. Quais fatores podem impedir a adoção da *open peer review* nos periódicos do Portal da UFPB?

11. Você acredita que a *open peer review* pode melhorar as revistas científicas do Portal da UFPB?

() Sim

() Não

11.2 Justifique:

12. Outros comentários e sugestões:

Obrigado!